



# CONCORRÊNCIA

Nº 95009/2026-SFIL

## CONTRATANTE (UASG)

Município de Guarulhos

## OBJETO

Contratação de empresa de consultoria técnica em engenharia com finalidade de prestação de serviços de apoio ao gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública, atendendo aos requisitos ambientais, e que estejam sob a responsabilidade da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Técnica e preço

## MODO DE DISPUTA:

Fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não se aplicam as disposições do art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM [NÃO]



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## CONCORRÊNCIA Nº 95009/2026 - SFIL

### PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 1123.2025-0000755-2

Torna-se público que o Município de Guarulhos, por meio da Subsecretaria de Licitações e Contratos, sediado à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto da presente licitação deverá ser fornecido na forma e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** É parte integrante dos serviços:

**1.2.1.** O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao serviço descrito, nas planilhas do **ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG**;

**1.2.2.** O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;

**1.2.3.** Na entrega final dos produtos – relatórios, projetos e levantamentos – deverão ser entregues em 3 (três) vias impressas - assinadas e vistadas e 03 (três) arquivos digitais em mídia (CD) com a respectiva assinatura digital no formato DWG (Auto Cad) e PDF, formato A1 ou A0 quando necessário.

**1.3.** As empresas deverão disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

**1.3.1.** A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP.

**1.4.** A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do **Termo de Referência - ANEXO III**, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste edital.

**1.5.** Na hipótese de ser necessária a qualquer título a utilização de serviços não constantes do **ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG**, serão observados se os mesmos são descritos na Tabela de Preços publicados na *SIURB JUL/25<sup>1</sup> SD*; *SINAPI DEZ/25*

---

<sup>1</sup> As tabelas de referência SIURB/julho de 2025 são as últimas versões disponíveis e foram publicadas no dia 03 de novembro de 2025.



SD, CDHU NOV/25 SD, CDHU SINTÉTICA NOV/25 - EXC. BDI 20,81%, DER OUT/25<sup>2</sup> excluído BDI de 35%, SICRO OUT/25; FDE OUT/25 - EXC. BDI 23%.e acrescidos de BDI referencial de 25,00%, e mantidas as mesmas condições da presente licitação. Em caso negativo, serão então compostos, de comum acordo, entre as partes, retroagindo-os a data base da planilha de quantitativos e preços máximos da PMG.

**1.6.** A vigência contratual será de 30 meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

**1.7.** O prazo para execução total dos serviços será conforme estabelecido no Termo de Referência.

**1.8. O VALOR TOTAL ESTIMADO** pela Administração para o objeto a ser contratado, **incluso o BDI referencial de 25,00% é de R\$ 20.749.506,00** (Vinte milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e seis reais).

**1.8.1.** Para a referida contratação, deverá ser prestada garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme previsto no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/21 no ato da assinatura do contrato. Quando a opção da garantia for na modalidade prevista seguro-garantia, o contratado terá o prazo de até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

## **1.9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E REGIME DE EXECUÇÃO:**

### **1.9.1. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

- 1532 – 0910.0412200112.025.01.1100000.449035.0000

**1.9.2. REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **empreitada por preço unitário**, na forma do artigo 46, I, da Lei nº. 14.133/21.

**1.10. EMBASAMENTO LEGAL:** O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições, bem como demais normas complementares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/21

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm))

- Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm))

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

---

2 Planilha onerada em função da Lei nº13.161/2015 quanto a contribuição previdenciária



**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.5.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.5.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

**2.5.3** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.5.4.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

a) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.5.5.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.6.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

a) O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



**2.5.7.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.8.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.9.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.5.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.5.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

a) A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.5.12.** sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

**2.6.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.4. e 2.5.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.7.** O disposto nos itens 2.5.4. e 2.5.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.8.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.2.** No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.2.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.2.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

**3.5** No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

**3.5.1** A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

**3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a



usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.7.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

**3.7.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**3.7.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**3.7.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**3.7.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**3.7.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**3.7.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**3.7.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**3.7.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**3.7.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

**3.7.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.

**3.7.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.





**3.8.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2. ou 3.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.9.** Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

**3.11.** Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 6.14.1.

**3.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os requisitos constantes no ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

**4.2.** O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.2.1.** valor global;

**4.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.1** Todos os valores deverão ser apresentados em Reais (R\$), incluído no preço global da proposta todos os custos, impostos, fretes e toda e qualquer despesa que vier a incidir sobre o objeto licitado, inclusive o BDI.





**4.4.2.** O preço proposto constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços mencionados no objeto desta licitação, incluindo BDI.

**4.5.** Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.7.** No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

**4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.9.1** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.9.2** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**4.10.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**4.11.** Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.



## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 8.3. deste Edital.

**5.2.1** Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.2. deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

**5.4.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.5.** O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**5.5.1** SICAF; e

**5.5.2** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

**5.6.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

**5.6.1.** A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

**5.7.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**5.7.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**5.7.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**5.7.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



**5.8.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**5.9.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6. deste edital.

**5.10.** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

**5.11.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

**5.12.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

**5.12.1.** indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas;

**5.12.2.** O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

**5.13.** Serão desclassificadas as propostas que:

**5.13.1.** contiverem vícios insanáveis;

**5.13.2.** não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

**5.13.3.** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**5.13.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.13.5.** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**5.14.** Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

**5.15.** A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no Anexo II deste edital (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).



**5.16.** A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

**5.17.** No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NT = NT1 + NT2 + NT3 + NT4$$

Onde: **NT1= CONHECIMENTO DO PROBLEMA**

**NT2= METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS**

**NT3= EQUIPE CHAVE**

**NT4= EXPERIÊNCIA DA LICITANTE**

**5.18.** Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

**5.19.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**5.18.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

**5.19.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**5.19.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**5.20.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**5.20.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**5.20.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**5.20.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**5.20.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



**5.21.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**5.22.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**5.22.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**5.22.2** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

**5.22.3** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

**5.22.4** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**5.22.5** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**5.23.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



**5.23.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**5.23.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**5.24.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**5.25.** Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 80 + 20 \times (1 - P_n/P_{m\acute{a}x}), \text{ onde:}$$

$P_{m\acute{a}x}$  = Maior preço aceitável dentre as propostas classificadas;

$P_n$  = Preço da proposta "n";

NP = Nota de Preço, ou seja, o número de pontos obtidos pela proposta comercial "n".

**5.26.** Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$PF = 0,7 \times NT + 0,3 \times NC$$

Onde:

PF = Pontuação Final da Proposta;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NC = Nota da Proposta Comercial.

**5.27.** Encerrados os prazos estabelecidos nos itens e 5.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

**5.28.** Será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.



**5.28.1** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

**5.28.2** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

**5.29.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.30.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência.

**5.30.1** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**5.30.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.30.3.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.30.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.





**5.30.5.** No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

**5.30.6.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**5.31.** Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.31.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

**5.31.1.1.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.31.1.2.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.31.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

**5.31.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.31.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.31.2.2.** empresas brasileiras;

**5.31.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.32.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.33.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**5.34.** Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de



Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

**5.34.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.34.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.35.** O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.36.** O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

**5.37.** Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

**5.38.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**5.39.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**5.40.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**5.41.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

**5.42.** É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

## **6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**6.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



### **I. Jurídica;**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **II. Técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:**

- a) prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- b) registro ou inscrição na entidade profissional competente:
  - b1) Original ou cópia autenticada da Certidão de Registro de pessoa jurídica e de seus responsáveis técnicos, junto a entidade competente (CREA/CONFEA ou CAU) da região a que estiverem vinculados.
  - b2) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, apresentando como documento de habilitação uma declaração do compromisso assumido.
- c) Indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- d) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

### **III. Fiscal, social e trabalhista;**

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### **IV. Econômico-financeiro.**

- a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b1) Considera-se último exercício social, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados (mecanicamente) até o dia 30 (trinta) de abril do ano subsequente e, no caso de serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), até o último dia do mês de junho do ano subsequente, conforme Instrução Normativa RFB 2003/21, salvo disposição em contrário.

b2) Serão considerados como legais o balanço e as demonstrações contábeis (mecanicamente) assim apresentados:

i) pelas sociedades anônimas: publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada; ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

ii) pelas sociedades por cotas de responsabilidade limitada: fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iii) pelas sociedades criadas no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iv) No caso do balanço patrimonial e demonstrações contábeis serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), deverão estar acompanhados do respectivo recibo de entrega.

b3) A boa situação financeira será comprovada com as demonstrações a seguir, calculadas pelas seguintes fórmulas, cujo memorial deverá ser juntado ao Balanço Patrimonial e estar acompanhado de declaração, assinada por profissional habilitado da



área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital:

- Índice de Liquidez Geral (LG) superior ou igual a 1,00
- Índice de Liquidez Corrente (LC) superior ou igual a 1,00
- Índice de Solvência Geral (SG) superior ou igual a 1,00

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

onde: AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

AT = ATIVO TOTAL

PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

b4) os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b5) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) Capital social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

#### **V. - Documentação complementar**

a) Declaração formal conforme ANEXO I – A

**6.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**6.3.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**6.4.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**6.5.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



**6.5.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**6.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, autenticação digital ou a publicação em órgão da imprensa na forma da lei.

**6.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**6.8.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**6.9.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.10.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**6.11.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**6.12.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**6.12.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**6.13.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**6.13.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



**6.14.** A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**6.14.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

**6.15.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**6.15.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**6.15.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**6.16.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item , poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo 02 (duas) horas, para:

**6.16.1.** A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**6.16.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**6.16.3.** Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

**6.16.4.** Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**6.16.5.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**6.17.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**6.17.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;  
e

**6.17.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**6.18.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante





decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**6.19.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.14.1.

**6.20.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**6.21.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**6.22.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**6.23. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

- a) Serão aceitas certidões positivas de débito, com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.
- b) A documentação, conforme o caso, deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (números de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).
- c) A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Subsecretaria de Licitações e Contratos.
- d) Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.
- e) Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento.

**6.24** No caso de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas serão acrescidos os seguintes procedimentos:

- a) As licitantes deverão comprovar, a sua condição de ME, EPP ou EQUIPARADAS por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente (CNPJ, documento da Junta Comercial, por exemplo).



b) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas deverão apresentar, todos os documentos de habilitação exigidos, mesmo que apresentem alguma restrição, devendo estas serem sanadas no prazo definido neste edital.

b1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006.

b2) A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.

c) A não comprovação da sua condição de ME, EPP e EQUIPARADAS e/ou não regularização dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a licitante estará sujeita às sanções legais, ficando sujeita inclusive ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

**6.24.1.** Os incisos acima não serão aplicados quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte conforme ao art. 4º, §1º da Lei 14.133/21.

**6.25.** No caso de participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15. da Lei 14133/21, serão observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

VI - Para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.



a) O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

VII - O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso.

VII a - O prazo para comprovação da constituição do consórcio será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da convocação que será realizada por e-mail.

VII b - Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceite da Administração.

VIII - A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

## **7. DO TERMO DE CONTRATO**

**7.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

**7.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**7.3.** Os prazos do item 7.2. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**7.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico/Minuta de contrato.

**7.5.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin (somente quando o recurso for de origem Federal) e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**7.5.1.** A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**8.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

**9.1.2.** salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** não enviar a proposta após a negociação;

**9.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**9.1.2.4.** deixar de apresentar amostra; ou

**9.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.



**9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.4.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.5.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**9.1.6.** fraudar a licitação;

**9.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.7.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.7.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.7.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**9.1.8** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**9.1.9** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1.** advertência;

**9.2.2.** multa;

**9.2.3.** impedimento de licitar e contratar; e

**9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4.** A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



**9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [licita.guarulhos@gmail.com](mailto:licita.guarulhos@gmail.com), podendo a sua confirmação ser feita através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações ou protocolada até às 16h30min do último dia do prazo, na Secretaria de Finanças na Seção Administrativa de Expediente da Subsecretaria de Licitações e Contratos, Sítio à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP - CEP 07111-080.

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**10.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.





**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/> ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes>.

**11.11.** Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, conforme previsto no art. 122 da Lei 14.133/21, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

**11.11.1.** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**11.11.2.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**11.11.3.** A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 20% do valor total do contrato.

**11.11.3.1** Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato.



**11.12** A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

**11.13.** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.

**11.14.** É facultada ao agente/comissão ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**11.15.** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

**12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

ANEXO I – Declarações

ANEXO II – Critérios de Pontuação das Propostas Técnicas

ANEXO III - Termo de Referência

Anexo III – A – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos

Anexo IV – A – Cronograma Físico Financeiro

Anexo IV – B – BDI

Anexo IV – C – Acórdão

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Guarulhos, 24 de abril de 2026

**GLAUCO LUIZ SILVA**  
SUBSECRETÁRIO  
Subsecretaria de Licitações e Contratos



SEI  
1123.2025/0000755-2

## **ANEXO I**

## **DECLARAÇÕES**



## ANEXO I - A

### MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº .....

Processo Administrativo nº .....

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA:

- a) não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.
- b) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- c) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- d) é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_



## ANEXO I - B

### MODELO DE DECLARAÇÃO APARELHAMENTO TÉCNICO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº .....

Processo Administrativo nº .....

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como indica o pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme abaixo:

.....

.....

.....

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO II**

# **CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**



Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

## 1. PROPOSTAS

### **A) ENVELOPE A - PROPOSTA TÉCNICA, deverá conter:**

**1.1.** A Proposta Técnica deverá conter a designação da licitante (nome, endereço, CNPJ) e demais características indispensáveis a uma perfeita individualização, devendo estar digitada, numerada sequencialmente, assinada pelo representante legal da empresa ou consórcio e impressa e será apresentada em 01 (uma) via, encadernada, sem conter folhas soltas. Toda documentação deverá estar em formato A4, fonte Arial 12, espaçamento simples, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, obedecendo a seguinte disposição e número máximo de páginas por capítulo.

**1.1.1.** Os desenhos, mapas, fluxogramas, diagramas, gráficos e fotos, poderão ser apresentados em formato A3, caso em que cada página A3 será computada como duas A4 para efeito da limitação referida acima.

**1.1.2.** Não serão computadas as páginas referentes a Atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT, bem como as do "Curriculum Vitae", Índice de Documentos Previstos, Índice da Proposta e Folhas de Rosto. As páginas que excederem ao limite estabelecido, observando-se sua ordem sequencial, não serão consideradas para efeito de atribuição de nota.

**1.1.3.** A Proposta Técnica não deverá conter preços. A licitante que não cumprir instrução terá sua proposta desclassificada.

**1.2.** A Proposta Técnica deverá descrever em que consiste e como a licitante desenvolverá os trabalhos, obedecendo e se restringindo aos seguintes aspectos:

**1.2.1. ÍNDICE** - Este item deverá conter, no mínimo, a paginação do início de cada capítulo.

**1.2.2. APRESENTAÇÃO** - Neste tópico, serão prestadas informações relativas ao objeto da proposta, Edital, atividades a serem desenvolvidas e nome da licitante, máximo de 02 (duas) páginas.

**1.2.3. CONHECIMENTO DO PROBLEMA – NT1** - Consiste na demonstração de conhecimento sobre os trabalhos a serem desenvolvidos referentes ao objeto desta licitação. Neste item deverão ser demonstrados os seguintes aspectos:

I. Conhecimento dos principais aspectos que possam influenciar no gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e





Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública, considerando as orientações constantes no Anexo III - Termo de Referência deste Edital.

II. Conhecimento dos aspectos relevantes e intrínsecos aos serviços que deverão ser prestados para a garantia da efetividade, da qualidade e da organização objetiva, observando situações específicas e/ou locais que devam se ajustar para o cumprimento das expectativas de execução a serem contratadas, considerando as unidades listadas no Anexo III - Termo de Referência deste Edital.

**1.2.3.1.** O texto e conjunto de informações desenvolvidas deverá se restringir ao máximo de 40 (quarenta) páginas.

**1.2.4. METODOLOGIA, PLANO DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO – NT2** - com apresentação clara e objetiva da Metodologia e organização idealizada para a prestação dos serviços previstos no Termo de Referência, terá ainda a descrição das atividades e a interrelação entre elas, dos métodos e dos critérios que serão utilizados para o gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras e projetos, com a estrutura organizacional correspondente, incluindo o dimensionamento da equipe técnica e demais recursos propostos, de forma a atender de pleno o objetivo da contratação.

**1.2.4.1.** Deverão ser considerados os seguintes aspectos:

I. Metodologia de execução a ser adotada na elaboração dos serviços, em compatibilidade com o escopo e serviços previstos no Termo de Referência deste Edital;  
II. Metodologia para o cumprimento e o acompanhamento do controle físico e financeiro de serviços e contratos, bem como o fluxograma dessas informações; e  
III. Descrição da interface com os atores que direta e/ou indiretamente venham a ter relação com a prestação de serviços, as etapas de aprovações e soluções técnicas que favoreçam a viabilidade e a realização racional das obras e serviços a serem contratados.

**1.2.4.2.** O texto e conjunto de informações desenvolvidas deverá se restringir ao máximo de 40 (quarenta) páginas.

**1.2.5. EQUIPE TÉCNICA – NT3** - Deverá ser apresentada uma relação nominal dos profissionais de níveis superior que comporão a Equipe Chave, necessários à execução dos serviços licitados, acompanhada de seus respectivos currículos, e a indicação das funções que exercerão nessa equipe, devendo nela ser incluídos profissionais com experiência comprovada na execução de serviços semelhantes aos ora licitados.

**1.2.5.1.** A Equipe Chave deverá ser composta de:

I. 01 (um) Profissional de Nível Superior Sênior **com no mínimo quinze anos de formação**, (Coordenador Geral), com formação em engenharia civil ou arquitetura e com



Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

comprovação técnica nas exigências indicadas no item “DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS”, comprovada através de atestados certificados pelo CREA ou CAU.

II. 01 (um) Profissional de Nível Superior Sênior **com no mínimo quinze anos de formação** (Engenheiro / Arquiteto Sênior de Obras e Projetos), com formação em engenharia civil ou arquitetura e com comprovação técnica nas exigências indicadas no item “DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS”, comprovada através de atestados certificados pelo CREA ou CAU.

III. 01 (um) Profissional de Nível Superior Sênior **com no mínimo quinze anos de formação** (Engenheiro / Arquiteto Sênior de Inspeção e Projetos de Reforço), com formação em engenharia civil ou arquitetura e com comprovação técnica nas exigências indicadas no item “DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS”, comprovada através de atestados certificados pelo CREA ou CAU.

IV. 01 (um) Profissional de Nível Superior Pleno **com no mínimo cinco anos de formação** (Engenheiro / Arquiteto Pleno), com formação em engenharia civil ou arquitetura e com comprovação técnica nas exigências indicadas no item “DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS”, comprovada através de atestados certificados pelo CREA ou CAU.

**1.2.5.2.** Para cada um dos profissionais componentes da Equipe Chave é necessária a apresentação da seguinte documentação:

- I. Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo conselho regional competente, cuja inscrição constitua requisito legal para exercício da profissão;
- II. Comprovação dos serviços executados através de CAT(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, aptos a comprovarem a experiência solicitada; e
- III. Declaração assinada pelo profissional com autorização de sua inclusão no quadro de profissionais da Equipe Técnica Básica constante da proposta e com seu compromisso de participar efetivamente dos serviços.

**1.2.5.3.** Os Técnicos relacionados na equipe técnica da Licitante não poderão integrar, em nenhuma hipótese, equipe técnica de outra Licitante, sob pena de desclassificação das licitantes envolvidas.

**1.2.5.4.** Um mesmo profissional não poderá ser indicado para mais de uma área de atuação.

**1.2.5.5.** Os integrantes da Equipe Chave deverão ser os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica dos serviços em sua área de atuação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Gestor do Contrato.



Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

**1.2.6. EXPERIÊNCIA DA EMPRESA – NT4** - A licitante deverá comprovar sua capacidade técnica e sua experiência com Atestado(s) de Capacidade Técnica, certificados pelo CREA ou CAU, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando sua capacitação técnica e a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

I. São considerados serviços de características semelhantes e compatíveis as **exigências indicadas no item “DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS”**.

II. Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante;

III. Não serão aceitos, em qualquer hipótese, para comprovação da aptidão Técnico-Operacional da licitante, contratos de cessão de tecnologia ou instrumentos de natureza similar entre a licitante e terceiros, mesmo que esses sejam pertencentes a um mesmo grupo econômico, ou cujo(s) Responsável(eis) Técnico(s) seja(m) o(s) mesmo(s) da licitante;

IV. No caso de atestado(s) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito privado, cujos serviços decorrerem de licitação pública, a licitante deverá juntar o Contrato de Subempreitada com a devida anuência do órgão responsável pela licitação;

**1.2.7.** As licitantes e os membros das equipes técnicas indicadas, responderão, na forma da Lei, pela veracidade das informações prestadas, reservando-se a Administração o direito de proceder às diligências que julgar necessárias.

**1.2.8.** A Comissão poderá realizar diligência e solicitar, a qualquer licitante, esclarecimentos adicionais a documentos constantes da Proposta Técnica, os quais deverão ser fornecidos no prazo improrrogável de 02 (dois) dias, sob pena de desconsideração dos dados neles previstos quando da pontuação da Proposta Técnica.

## 2. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

### **2.1. NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA (NT)**

**2.1.1.** A **Comissão de Apoio Técnico** analisará e pontuará as Propostas Técnicas por item, levando em consideração a clareza e a objetividade das Propostas, sua consistência e atendimento às exigências do Edital.

**2.1.2.** Serão considerados os seguintes aspectos gerais de avaliação:

- . Conhecimento e domínio dos conceitos e das técnicas de serviços propostos;
- . Compatibilidade e relacionamento entre as várias atividades apresentadas,



Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

- demonstrando a visão sistêmica e a abrangência da proposta apresentada;
- . Consistência e coerência com as exigências, especificações, orientações e normas estabelecidas neste Edital;
  - . Grau de abordagem e objetividade da proposta;
  - . Metodologia de planejamento e desenvolvimento de trabalho;
  - . Propostas com alternativas que demonstrem conhecimentos diferenciais, proporcionando melhorias significativas na prestação dos serviços.

**2.1.3.** Serão atribuídas as pontuações para cada item da proposta técnica – NT, de acordo com as ponderações da Tabela abaixo e obedecendo o melhor cumprimento dos quesitos solicitados, podendo variar de 0 a 100 pontos, conforme a seguir está apresentado:

Item	Discriminação	Pontuação
		<b>Máxima</b>
1.	<b>Conhecimento do Problema – NT1</b>	<b>30</b>
a)	Conhecimento dos principais aspectos que possam influenciar no gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública, considerando as orientações constantes no Anexo III - Termo de Referência deste Edital.	15
b)	Conhecimento dos aspectos relevantes e intrínsecos aos serviços que deverão ser prestados para a garantia da efetividade, da qualidade e da organização objetiva, observando situações específicas e/ou locais que devam se ajustar para o cumprimento das expectativas de execução contratadas, considerando as orientações constantes no Anexo III - Termo de Referência deste Edital.	15
2.	<b>Metodologia e Organização dos Trabalhos – NT2</b>	<b>30</b>
a)	Metodologia a ser adotada na elaboração dos serviços, em compatibilidade com o escopo e serviços previstos no Anexo III - Termo de Referência deste Edital.	15
b)	Plano/Organização dos Trabalhos para o cumprimento e o acompanhamento do controle físico e financeiro de serviços e contratos, bem como o organograma e o fluxograma dessas	10



Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

	informações.	
c)	Descrição da interface com os atores que direta e/ou indiretamente venham a ter relação com a prestação de serviços, as etapas de aprovações e soluções técnicas que favoreçam a viabilidade e a realização racional das obras e serviços a serem contratados.	5
3.	<b>Equipe Chave – NT3</b>	<b>30</b>
a)	<b><u>Coordenador Geral</u></b> Com experiência comprovada através de atestados certificados pelo CREA ou CAU, acompanhados de CAT de:	<b>14</b>
	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras e/ou Projetos de engenharia de obras viárias. 1,0 ponto por comprovação	2
	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras e/ou Projetos de engenharia de obras de edificações. 1,0 ponto por comprovação	2
	Elaboração de Projetos de engenharia de obras viárias. 1,0 ponto por comprovação	2
	Elaboração de Projetos de engenharia de edificações. 1,0 ponto por comprovação	2
	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização ambiental de obras e/ou projetos 1,0 ponto por comprovação	2
	Inspeção de edificação 1,0 ponto por comprovação	2
	Inspeção de OAE em área urbana, incluindo projeto de reforço estrutural com fibra de carbono e/ou encamisamento com aço e concreto. 1,0 ponto por comprovação	2
b)	<b><u>Engenheiro / Arquiteto Sênior de Obras e Projetos</u></b> Com experiência comprovada através de atestados certificados pelo CREA ou CAU, acompanhados de CAT de:	<b>6</b>
	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras e/ou Projetos de engenharia de obras viárias. 1,0 ponto por comprovação	1
	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras e/ou	1



Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

	Projetos de engenharia de obras de edificações. 1,0 ponto por comprovação	
	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização ambiental de obras e/ou projetos 1,0 ponto por comprovação	1
	Planejamento de Obras de Engenharia de Edificações por meio da elaboração e/ou revisão de projetos, orçamento, memoriais e especificações técnicas. 1,0 ponto por comprovação	1
	Planejamento de Obras de Engenharia Viária por meio da elaboração e/ou revisão de projetos, orçamento, memoriais e especificações técnicas. 1,0 ponto por comprovação	1
	Planejamento de Obra de Arte Especial (OAE) por meio da elaboração e/ou revisão de projetos, orçamento, memoriais e especificações técnicas. 1,0 ponto por comprovação	1
c)	<b><u>Engenheiro / Arquiteto Sênior de Inspeções e Projetos de Reforço</u></b> Com experiência comprovada através de atestados certificados pelo CREA ou CAU, acompanhados de CAT de:	<b>6</b>
	Inspeção, Relatório e/ou Laudos de Edificação. 1,0 ponto por comprovação	1
	Inspeção, Relatório e/ou Laudos de Sistema Viário. 1,0 ponto por comprovação	1
	Inspeção, Relatório e/ou Laudo de Sistemas e/ou instalações Hidráulicos (as). 1,0 ponto por comprovação	1
	Inspeção, Relatório e/ou Laudos de Sistemas de Drenagem Urbana. 1,0 ponto por comprovação	1
	Inspeção, Relatório e/ou Laudos de Contenção e Estabilização de Taludes e/ou Encostas. 1,0 ponto por comprovação	1
	Inspeção, Relatório e/ou Laudos de OAE em área urbana, incluindo projeto de reforço estrutural com fibra de carbono e/ou encamisamento com aço e concreto. 1,0 ponto por comprovação	1
d)	<b><u>Engenheiro / Arquiteto Pleno</u></b> Com experiência comprovada através de atestados certificados pelo CREA ou CAU, acompanhados de CAT de:	<b>4</b>
	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras e/ou	0,8



Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

	Projetos de engenharia de obras viárias. 0,8 ponto por comprovação	
	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras e/ou Projetos de engenharia de obras de edificações. 0,8 ponto por comprovação	0,8
	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização ambiental de obras e/ou projetos 0,8 ponto por comprovação	0,8
	Planejamento de Obras de Engenharia de Edificações por meio da elaboração e/ou revisão de projetos, orçamento, memoriais e especificações técnicas. 0,8 ponto por comprovação	0,8
	Planejamento de Obras de Engenharia Viária por meio da elaboração e/ou revisão de projetos, orçamento, memoriais e especificações técnicas 0,8 ponto por comprovação	0,8
4.	<b>Experiência Anterior da Empresa – NT4</b> Comprovação da realização de serviços de:	<b>10</b>
a)	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras e/ou Projetos de engenharia de obras de infraestrutura urbana (viárias, contenção e/ou drenagem). 0,45 ponto por comprovação	0,9
	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras e/ou Projetos de engenharia de obras de edificações de pequeno, médio e/ou Grande porte. 0,45 ponto por comprovação	0,9
	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização ambiental de obras e/ou projetos 0,45 ponto por comprovação	0,9
	Elaboração de Projetos de engenharia de edificações. 0,45 ponto por comprovação	0,9
	Elaboração de Projetos de engenharia de obras viárias. 0,45 ponto por comprovação	0,9
	Inspeção, Relatório e/ou Laudo de Edificação. 0,45 pontos por comprovação	0,9
	Inspeção, Relatório e/ou Laudo de Sistema Viário 0,45 pontos por comprovação	0,9





Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

Inspeção, Relatório e/ou Laudo de Sistemas e/ou instalações Hidráulicos(as). 0,45 pontos por comprovação	0,9
Inspeção, Relatório e/ou Laudo de Drenagem Urbana. 0,45 pontos por comprovação	0,9
Inspeção, Relatório e/ou Laudo de Contenção e Estabilização de Taludes e/ou Encostas. 0,45 pontos por comprovação	0,9
Inspeção de OAE em área urbana, incluindo projeto de reforço estrutural com fibra de carbono e/ou encamisamento com aço e concreto. 0,5 ponto por comprovação	1,0

**2.1.4.** A Nota Técnica (NT) de cada licitante será a soma das pontuações obtidas para os itens: Conhecimento do Problema (NT1), Metodologia e Organização dos Trabalhos (NT2), Equipe Chave (NT3) e Experiência Anterior da Empresa (NT4) segundo a fórmula abaixo:

$$NT = NT1 + NT2 + NT3 + NT4$$

**2.1.5.** Para cada item, os pontos serão atribuídos, observados os critérios a seguir:

**I. CONHECIMENTO DO PROBLEMA – NT1 (30 pontos):** Este item será julgado segundo a análise de textos apresentados aos quais serão atribuídos pontos, conforme o quadro a seguir, a partir da avaliação da qualidade, amplitude, pertinência, profundidade de abordagem, e outros atributos, tendo como referência a pontuação indicada na Tabela do subitem 2.1.3. Tais aspectos deverão ser considerados para o reconhecimento da atualidade e conhecimento do proponente com as questões que o trabalho deverá responder.

Avaliação	Percentual dos Pontos
Ótimo	100%
Bom	80%
Regular	60%
Suficiente	40%
Insuficiente	10%



Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

**II. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS – NT2 (30 pontos):** Este item será julgado segundo a análise de textos apresentados aos quais serão atribuídos pontos, conforme o quadro a seguir, relativo a todos os subitens, serão analisados quanto à coerência e adequação ao objeto e escopo dos serviços e pontuados individualmente, tendo como referência a pontuação indicada na Tabela do subitem 2.1.3. Tais aspectos deverão ser considerados para o reconhecimento da atualidade e conhecimento do proponente com as questões que o trabalho deverá responder.

Avaliação	Percentual dos Pontos
Ótimo	100%
Bom	80%
Regular	60%
Suficiente	40%
Insuficiente	10%

**III. EQUIPE CHAVE NT3 (30 pontos):** Para cada profissional da Equipe Chave indicado será avaliada a sua experiência comprovada, sendo pontuado conforme o quadro do subitem 2.1.3.

**IV. EXPERIÊNCIA DA LICITANTE – NT4 (10 pontos):** Para a experiência da licitante será avaliada a sua experiência comprovada, sendo pontuado conforme o quadro do subitem 2.1.3.

## **2.2 DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

**2.2.1.** Serão desclassificadas as propostas comerciais que:

- I. Deixarem de apresentar qualquer um dos documentos exigidos neste edital, ou que os apresente em desacordo com o mesmo;
- II. Ofertem vantagem não prevista no edital e/ou preço ou vantagem baseada na proposta de outra licitante;
- III. Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 59, § 4º, a Lei Federal no 14.133/21 com suas alterações;
- IV. Apresentarem quantidades de horas técnicas e serviços superiores aos previstos na Planilha de Preços Máximos.

**2.2.2.** As Propostas Comerciais serão avaliadas de acordo com a seguinte fórmula:



Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

$$NP = 80 + 20 \times (1 - Pn/Pmáx), \text{ onde:}$$

Pmáx= Maior preço aceitável dentre as propostas classificadas;

Pn = Preço da proposta “n”;

NP = Nota de Preço, ou seja, o número de pontos obtidos pela proposta comercial “n”.

**2.2.3.** Para o cálculo das pontuações, a aproximação será feita até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais frações.

**2.2.4.** No preço global reputam-se incluídos todos os custos, encargos e tributos devidos em decorrência da execução dos serviços propostos, bem como quaisquer outras despesas diretas ou indiretas.

**2.2.5.** Não será levada em consideração, para efeito de classificação, qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital ou baseada nas propostas das demais licitantes.

**2.2.6.** Qualquer condição ou especificação omitida na proposta implica automaticamente em aceitação da condição ou especificação correspondente constante deste Edital.

### 3. DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS

**3.1.** Será considerada vencedora a empresa que, tendo atendido a todas as exigências formais do presente edital, apresentar a maior Pontuação Final, obtida através da média ponderada entre a Pontuação Técnica e a Pontuação Comercial, obedecendo a seguinte fórmula:

$$PF = 0,7 \times NT + 0,3 \times NC$$

Onde:

PF = Pontuação Final da Proposta;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NC = Nota da Proposta Comercial.

**3.2.** Para o cálculo das pontuações, a aproximação será feita até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais frações.

**3.3.** As Propostas serão classificadas pela ordem decrescente dos valores de Pontuação



Folha	
PA	1123.2025-0000755-2
Rubrica	

Final da Proposta – PF.

I. Em caso de empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte de acordo com a Lei.

**3.4.** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando o menor preço não tiver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**3.5.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão avaliadas as demais propostas em sua ordem de classificação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido;

**3.6.** Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**3.7.** Nas demais hipóteses de empate de propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, mediante sorteio, conforme previsto no do artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/21.

**3.8.** Na hipótese de todas as propostas serem inabilitadas ou desclassificadas, poderá ser fixado a critério da Comissão de Licitação prazo para que as licitantes apresentem novas propostas, sanadas as causas que motivaram a inabilitação ou desclassificação.



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO III**

# **TERMO DE REFERÊNCIA**



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA  
Divisão Técnica de Projetos de Pavimentação e Microdrenagem

**TERMO DE REFERÊNCIA\_CONTRATAÇÃO**

**1. Fundamento**

A elaboração do presente instrumento tem como base os levantamentos e estudos realizados através do Estudo Técnico Preliminar nº3817718 atendendo aos critérios técnicos e normas vigentes.

**2. Objeto:**

Contratação de empresa de consultoria técnica em engenharia com finalidade de prestação de serviços de apoio ao gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública, atendendo aos requisitos ambientais, e que estejam sob a responsabilidade da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

**3. Justificativa da necessidade da contratação**

A Secretaria de Obras é responsável pela manutenção e reforma para atendimento da saúde municipal, edificações diversas para atendimento do desporto municipal, edificações para atendimento a estrutura de servidores municipais e para o atendimento ao público, entre outros.

A Secretaria também realiza obras de infraestrutura de todo o sistema viário urbano do município, tendo ainda sob sua tutela os investimentos em conservação, manutenção, recuperação, reforço e implantação de obras de arte especiais, com a necessidade obedecer às regras urbanísticas municipais definidas em Plano Diretor Municipal.

Dessa forma, a expertise da empresa apoiará a Secretaria de Obras na gestão eficiente, na fiscalização rigorosa e na elaboração de estudos técnicos que garantam a conformidade com as normas ambientais e técnicas vigentes.

A contratação de empresa especializada para a execução desses serviços no município busca promover melhorias significativas, alinhadas às políticas públicas locais. Essa iniciativa visa impulsionar o desenvolvimento, aprimorar o atendimento à população e assegurar a qualidade de vida por meio de obras de edificação e infraestrutura que atendam aos padrões de segurança, sustentabilidade e eficiência.

**4. Quantidade:**

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS**

ITEM	FONTE	CÓDIGO	Quantidade de Profis./ Equip. / Itens	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
------	-------	--------	---	------------------------	-------	--------

<b>1 EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL</b>						
1.1	SIURB INFRA - JUL/25	IN03025000	1	COORDENADOR GERAL	H	1.980,00
1.2	SIURB INFRA - JUL/25	IN03027000	2	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR	H	3.960,00
1.3	SIURB INFRA - JUL/25	IN03029000	1	ENGENHEIRO/ ARQUITETO PLENO	H	5.280,00
1.4	SIURB INFRA - JUL/25	IN03051000	2	TÉCNICO - NÍVEL MÉDIO	H	10.560,00

**Total 01:**

<b>2 RELATÓRIO I PRODUTOS</b>						
2.1	SO	CPU 1	1	RELATÓRIO DE OBRAS	Relatório / Mês	30,00
2.2	SO	CPU 2	1	RELATÓRIO DE PROJETOS	Relatório / Mês	30,00
2.3	SO	CPU 3	1	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE EDIFICAÇÕES	m²	180.000,00
2.4	SO	CPU 4	1	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE OAEs	m²	9.000,00

2.5	SO	CPU 5	1	RELATÓRIO AMBIENTAL	Relatório / Mês	30,00
2.6	SO	CPU 6	1	RELATÓRIO DE CONTROLE GEOMÉTRICO	Relatório / Mês	30,00
2.7	SO	CPU 7	1	RELATÓRIO DE CONTROLE TECNOLÓGICO	Relatório / Mês	30,00
2.8	SO	CPU 8	1	RELATÓRIO OPERACIONAL E APOIO	Relatório / Mês	30,00
2.9	SIURB INFRA - JAN/25	IN03053017	1	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1)	UN	600,00

**Total 01:**

<b>3 DESPESAS DIVERSAS</b>						
3.1	SIURB INFRA - JAN/25	IN11008000	2	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	H	10.560,00

**Total 01:****5. Especificação do objeto****1. APRESENTAÇÃO**

A Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guarulhos apresenta o escopo básico para a contratação de empresa de consultoria técnica em engenharia com finalidade de Prestação de serviços de apoio ao gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública, atendendo aos requisitos ambientais, e que estejam sob a responsabilidade da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guarulhos, objeto deste Edital.

Estas atividades eminentemente técnicas e de cunho intelectual, deverão ser executadas por empresa de consultoria especialmente contratada para esta finalidade, segundo este Termo de Referência, que é descritivo e não limitativo.

A empresa contratada deverá obrigatoriamente apresentar e colocar em prática todos os protocolos necessários para a prevenção em casos de Pandemias e/ou Epidemias e/ou outras exigências legais e de saúde que estiverem vigentes.

**2. OBJETIVO DA CONSULTORIA TÉCNICA**

Considerando que, assim como tem sido visto em tantas outras cidades da Região Metropolitana de São Paulo, o Município de Guarulhos também enfrenta grandes desafios formados por problemas sociais oriundos por uma ocupação desordenada e que é característica das regiões periféricas metropolitanas, onde se faz necessário agir para dar a estas áreas condições adequadas de urbanismo, através da intervenção da Administração Pública, propiciando a esta população contar com a implantação de viários estruturados com redes de drenagem, passeios públicos, iluminação e pavimentação dos leitos estradais.

É comum que tais áreas periféricas sofram também com a falta de edificações e equipamentos públicos novos ou existentes em condições de uso e/ou de capacidade para atender os residentes com proximidade e consequente menor deslocamento e, contudo, tem-se projetado que tais esforços para o devido e necessário ataque planejado e bem estruturado extrapola o atual contingente técnico disponível pela administração direta, devendo considerar a inclusão de equipes contratadas para apoio em serviços técnicos, tanto para enfrentar esses desafios por tempo determinado e suficiente, quanto o atendimento as demandas crescentes de outras áreas municipais, carentes de ações estruturantes tanto em seus equipamentos e edificações públicas, quanto em seus viários intercomunicantes.

Portanto, o presente termo de referência tem a finalidade de definir a natureza, abrangência, responsabilidades e atribuições dos serviços técnicos especializados de apoio ao gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública, atendendo aos requisitos ambientais, e que estejam sob a responsabilidade da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guarulhos, bem como informar aos licitantes os objetivos e diretrizes gerais dos serviços a serem executados. As licitantes que, após tomarem conhecimento do atual certame, partam para a elaboração de suas propostas deverão adaptá-las para atender às particularidades dos trabalhos que se pretende contratar.

Os principais tipos de empreendimentos que deverão ser realizados pela SO estão a seguir apontados, sendo que as frentes de trabalho não se limitarão a estas ou ainda especificamente a elas, já que a dinâmica municipal dependerá do cumprimento de metas financeiras para as alocações específicas dos respectivos empenhos financeiros que garantirão as realizações dos próprios projetos e obras e, por conseguinte, da alocação e custeio dos serviços de consultoria técnica ora em processo de contratação, sendo que os itens que estão compondo a Planilha Orçamentária foram dimensionados em função do total previsto de esforços que se pretende empreender, podendo ser continuada a prestação de serviços e de comum acordo, desde que se

tenham efetivas necessidades futuras equivalentes, necessitando para tanto que seja feita a adequação entre o que se pretenderá realizar na SIURB e o que necessitará ser apoiado tecnicamente e de maneira equivalente.

#### •PROJETOS E OBRAS DE EDIFICAÇÃO PARA ATENDIMENTOS DIVERSOS:

São consideradas edificações sob a responsabilidade da SIURB todos os próprios e locados para o devido atendimento de todas as Secretarias Municipais, excetuando-se a da Secretaria Municipal da Educação, devendo ser os empreendimentos tanto de recuperação ou manutenção quanto novos, ampliando e melhorando os serviços a serem ofertados ao município de Guarulhos.

Os tipos de empreendimentos são exemplificados por unidades para atendimento da saúde municipal, edificações diversas para atendimento do desporto municipal, unidades habitacionais para atendimento ao assentamento de famílias oriundas de áreas de invasão e outras que estejam devidamente cadastradas, edificações para atendimento a estrutura de servidores municipais e para o atendimento ao público, entre outros.

#### •PROJETOS E OBRAS DE INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS:

Sob a responsabilidade da SIURB estão diretamente ligadas todas as intervenções com obras de recuperação, de restauração, de reforço e de novas implantações referentes a macro e a microdrenagem dentro do tecido urbano municipal e que se baseie em estudos unificados das diversas bacias de contribuição hídrica, tratando-se de investimentos que sempre necessitam de planejamento claro e detalhado de ataque, já que em geral são realizados em áreas adensadas e urbanizadas, ainda que eventualidades surjam e atravessem os feitos organizados e agendados, tais como as situações críticas surgidas sob ação do clima.

Nesse mesmo diapasão a SIURB é também diretamente responsável pelas intervenções em obras de recuperação, de restauração, de conservação e de implantação de todo o sistema viário urbano do município seja com recapeamentos ou com novas pavimentações, buscando a melhoria e a ampliação da capacidade de escoamento viário do município, tendo ainda sob sua tutela os investimentos em conservação, manutenção, recuperação, reforço e implantação de obras de arte especiais (OAEs), assim como de seus acessos e de tratar as influências de impacto de fluxo viário nos seus entornos, com a necessidade obedecer às regras urbanísticas municipais definidas em Plano Diretor Municipal.

### 1. Apoio ao Gerenciamento, a Supervisão e a Fiscalização da Execução de Estudos e de Projetos de Obras Novas, de Recuperações, de Ampliações e de Adequações de Edificações e de Infraestruturas Públicas

#### 2.1.1. Análises Críticas

- Elaboração das análises críticas e contendo as definições dos projetos, assim como oferecendo comentários e sugestões para o seu aperfeiçoamento.

#### 2.1.2. Fiscalização da Execução dos Contratos de Projetos quanto à:

- Obediência aos programas urbanísticos e arquitetônicos estabelecidos;
- Qualidade técnica dos serviços;
- Compatibilização entre as diversas áreas técnicas participantes do projeto;
- Atendimento à legislação interveniente no projeto, às Normas Técnicas Brasileiras aplicáveis;
- Cumprimento dos prazos de entrega contratados;
- Controle de custos dos diferentes componentes do orçamento das obras através da otimização dos mesmos e objetivando um menor valor a ser dispendido ou justificado frente a adequação da solução proposta em projeto; e
- Aprovação das diversas etapas de cada projeto em total consonância com o cronograma físico-financeiro previsto na contratação.

#### 2.1.3. Apontamentos dos Serviços Executados

- Elaboração dos relatos das evoluções dos serviços executados pelos projetistas contratados e nas diversas etapas de desenvolvimento de projeto, culminando com as conclusões para subsidiar o cálculo das respectivas medições a serem pagas.

#### 2.1.4. Guarda para Disponibilização Oportuna dos Dados dos Projetos

- Organização, tratamento e lançamento dos dados dos projetos no Sistema Informatizado para que seja possível o uso de tais informações quando das execuções das obras, favorecendo a fiscalização adequada frente as soluções e orientações de projeto, aproximando o máximo possível estas atividades e com a meta de redução ampla de alterações de campo (*as built*) e/ou aditivos contratuais.

### 1. Apoio na Elaboração de Estudos e Projetos de Obras Novas, de Recuperações, Reforços, de Ampliações e de Adequações de Edificações e de Infraestrutura Pública

#### 2.2.1. Planejamento e Controle

- Reunião de Início de Projetos (Kick-off), que será uma atividade realizada na fase inicial de cada projeto com o intuito de alinhar todos os detalhes entre os envolvidos diretamente, ou seja: o cliente e a projetista;
- Recebimento e análise das premissas indicadas pela Contratante para planejamento do desenvolvimento do projeto;



- Organização da documentação contratual e de planejamento em Sistema Informatizado adequado, tornando-os ao disponíveis para consultas via Internet;
- Acompanhamento da evolução física e financeira dos projetos com análise evolutiva e projeções mensais frente aos ditames de prazos máximos previstos;
- Análise dos desvios de programação da realização semanal e com conclusão mensal de serviços realizados no período, propondo soluções e ajustes em frentes de serviços e atividades que propiciem recuperação de atrasos;
- Acionamento sempre que necessário do cliente frente as necessidades de providências quando as incompatibilidades observadas entre os trabalhos em desenvolvimento e o esperado contratualmente e desde que os riscos inerentes possam acarretar prejuízos imediatos e com recuperação difícil dentro do prazo restante em cronograma.

#### **2.2.2. Elaboração, Assessoria técnica e Gerenciamento de Projetos**

- Os trabalhos de Assessoria Técnica compreenderão análise e proposição de soluções para questões técnicas pertinentes à SIURB.
- Cada solicitação de prestação de serviços de Assessoria ensinará à empresa contratada a elaboração, programação com cronograma. Uma vez aprovada a programação, a empresa fica autorizada a realizá-los.
- Fará parte dos serviços de assessoria a elaboração de projetos de edificações e de infraestrutura pública.
- Caberá a contratada participar de reuniões e eventos na prefeitura, nos órgãos envolvidos e na área de intervenção com a população beneficiada, em caso de assessoria para projetos habitacionais de interesse social, ou seja, em todos os momentos em que seja necessária a apresentação e discussão técnica dos projetos.
- As elaborações desses projetos compreenderão atividades multidisciplinares incluindo metodologia Building Information Modeling (BIM).
- Para a elaboração dos projetos serão definidas entre a projetista e à SIURB a metodologia e ferramentas que serão empregadas no desenvolvimento dos projetos, cabendo a contratada estar preparada para atender a contratante no formato solicitado.

### **1. Apoio ao Gerenciamento, a Supervisão e a Fiscalização da Execução de Obras Novas, de Recuperações, Reforços, de Ampliações e de Adequações de Edificações e de Infraestrutura Pública**

#### **2.3.1. 2.3.1. Planejamento e Controle**

- Reunião de Início de Obras (Kick-off), que será uma atividade realizada na fase inicial de cada projeto com o intuito de alinhar todos os detalhes entre os envolvidos diretamente, ou seja: o cliente, a supervisora e os principais membros da equipe de execução;
- Recebimento e análise dos elementos de planejamento e cronogramas apresentados pelas contratadas executoras, de acordo com as exigências de cada contrato;
- Organização da documentação contratual e de planejamento em Sistema Informatizado adequado, tornando-os ao disponíveis para consultas via Internet;
- Acompanhamento da evolução física e financeira das obras com análise evolutiva e projeções mensais frente aos ditames de prazos máximos previstos;
- Análise dos desvios de programação da realização semanal e com conclusão mensal de serviços e obras realizados no período, propondo soluções e ajustes em frentes de serviços e atividades que propiciem recuperação de atrasos;
- Análise e verificação dos itens das medições mensais, atestando os produtos realizados pelas executoras contratadas, efetivamente entregues e aceitos tempestivamente; e
- Acionamento sempre que necessário do cliente frente as necessidades de providências quando as incompatibilidades observadas entre os trabalhos em desenvolvimento e o esperado contratualmente e desde que os riscos inerentes possam acarretar prejuízos imediatos e com recuperação difícil dentro do prazo restante em cronograma.

#### **2.3.2. Acompanhamento dos Contratos**

- Organização através de Sistema Informatizado adequado e aderente as métricas e definições adotadas pela Administração Pública contratante, ofertando como produto efetivo o controle dos contratos de execução das obras;
- Verificação de atendimento das obrigações contratuais por parte das empresas executoras, de tal sorte que permita a qualquer tempo que a SIURB possa avaliar e/ou acompanhar o atendimento dos prazos, escopos, custos e outras obrigações contratuais pertinentes; e
- Acionamento de providências técnicas ou administrativas e no âmbito da atuação do apoio gerencial e/ou de supervisão técnica a ser contratado, sempre que se fizer necessário para o cumprimento dos contratos de execução de obras.

#### **2.3.3. Fiscalização dos Serviços em Execução de Obras**

- Padronização e implantação dos diários de obras para todos os contratos;
- Disponibilização das informações dos diários de obras via Internet;
- Acompanhamento físico-financeiro das obras em execução;
- Apoio a fiscalização da qualidade dos serviços executados;

- Apoio ao controle da qualidade dos serviços mediante inspeção visual e/ou por amostragem, observando a obediência aos projetos e especificações, boas práticas de execução e normas técnicas aplicáveis;
- Apoio a fiscalização da segurança e da saúde do trabalho;
- Apoio a fiscalização dos aspectos ambientais;
- Monitoramento dos controles tecnológicos, ensaios e testes, laboratórios e/ou de verificação, realizados pelas empresas contratadas e executoras de obras;
- Análise dos resultados de ensaios de controle de qualidade de materiais e serviços, realizados pelas empresas contratadas para a execução de obras;
- Identificação visual e por amostragem das não-conformidades e acompanhamento da implantação das ações corretivas pelas empresas executoras de obras;
- Identificação e encaminhamento das necessidades de caráter prioritário e orientação das ações necessárias;
- Acionamento de providências sempre que se fizer necessário, diretamente ou através do cliente, de acordo com o ajustado na reunião de partida de cada contrato de prestação de serviços para execução de obras; e
- Apoio ao recebimento dos serviços realizados, compreendendo a emissão dos termos de recebimento provisórios e definitivos, mediante a verificação dos serviços executados e de acordo com a qualidade e escopo definidos contratualmente.

## 1. Apoio ao Gerenciamento da Manutenção das Edificações

### 2.4.1. Cadastro Físico

Cadastro das edificações existentes, em Sistema Informatizado adequado a partir das informações existentes sobre as mesmas e podendo compreender:

- Cadastro das características físicas gerais de cada edificação, tais como: localização, área do terreno, área de implantação, áreas de construção etc.;
- Cadastro das características físicas e funcionais dos ambientes internos e externos, tais como: espaços, sistemas de combate a incêndio, entrada de energia, SPDA etc.;
- Cadastramento fotográfico das áreas externas e internas suficientes para caracterizar a edificação;
- Apontamento em planilhas, plantas e em Sistema Informatizado dos dados referentes a dimensões dos ambientes, aberturas, vãos, localização de pontos de elétrica, hidráulica, gás, telefonia, informática, ar-condicionado etc.;
- Emissão de pareceres técnicos quando em vistoria e através da inspeção visual forem identificadas patologias e/ou possíveis anomalias em estruturas e/ou instalações, sendo que estes pareceres deverão ser realizados por profissionais especializados, conforme definido no item 2.4.3 a frente.

### 2.4.2. Vistorias Técnicas, Diagnóstico e Classificação das Intervenções

As vistorias técnicas serão realizadas por edificação, através de inspeção visual, compreendendo:

- Identificação do estado de conservação das edificações;
- Identificação das intervenções e/ou necessidades, classificando de acordo com o grau de possível deterioração que cada uma delas apresente, classificando pela gravidade, urgência e/ou risco para os usuários e definição dos serviços necessários para serem executados;
- Levantamento completo (As Built) das edificações vistoriadas, de maneira a reconstituir plantas de arquitetura e com anotação dos pontos das instalações elétricas e Hidrossanitárias, favorecendo as providências futuras para possíveis intervenções;
- Relatório e registro fotográfico das intervenções necessárias;
- Quantificação dos serviços para orçamentação;
- Definição da necessidade de pareceres técnicos especializados, a serem contratados, a partir da identificação de manifestação patológicas e/ou problemas específicos que requeiram estudo detalhado para proposição de solução mais adequada;
- Emissão dos relatórios de Vistoria Técnica;
- Elaboração de orçamento das intervenções definidas nas Vistorias Técnicas;
- Cadastramento dos dados no Sistema informatizado de gestão.

### 2.4.3. Relatórios de Inspeções Técnicas

- Elaboração e emissão de Relatórios de Inspeções Técnicas, realizadas por pessoal especializado, sendo necessário avaliar as estruturas de concreto, estruturas de madeira, e estruturas metálicas, observar o adequado funcionamento, condições de uso das instalações hidráulicas e também para as instalações elétricas, objetivando a segurança plena da edificação.
- Cada parecer técnico de anomalias em estruturas e instalações deverá conter as informações necessárias ao entendimento da situação apresentada (identificação da manifestação patológica, causas prováveis, prognóstico evolutivo e opções de correção), assim como as medidas possíveis para solução das anomalias cadastradas;
- Emissão do relatório correspondente.

#### **2.4.4. Planejamento e Controle**

Elaboração do planejamento das intervenções, conforme diretrizes da SIURB para emissão dos Pedidos de Contratação, considerando:

- Análise dos custos, prazos e recursos;
- Análise do grau de criticidade das intervenções identificadas;
- Lançamento dos dados no Sistema Informatizado a ser implantado.

### **1. Apoio ao Gerenciamento da Manutenção das OAEs**

#### **2.5.1. Cadastro Físico**

Cadastro das OAEs existentes, em Sistema Informatizado adequado a partir das informações existentes sobre as mesmas e podendo compreender:

- Cadastro das características físicas gerais de cada OAE, tais como: localização, dimensões, equipamentos etc.;
- Cadastramento fotográfico suficientes para caracterizar a OAE;
- Apontamento em planilhas, plantas e em Sistema Informatizado dos dados referentes a dimensões, vãos etc.;
- Emissão de pareceres técnicos quando em vistoria e através da inspeção visual forem identificadas patologias e/ou possíveis anomalias em estruturas, sendo que estes pareceres deverão ser realizados por profissionais especializados, conforme definido no item 2.5.3 a frente.

#### **2.5.2. Inspeções Técnicas, Diagnóstico e Classificação das Intervenções**

As inspeções técnicas serão realizadas por OAE, através de inspeção especial conforme NBR 9452, compreendendo:

- Serviços preliminares envolvendo a análise dos documentos existentes sobre a OAE, desde os projetos e evidências sobre intervenções que ocorreram ao longo do tempo;

#### **2.5.3. Relatório I - Patologia contendo:**

O registro detalhado e a identificação de todas as anomalias constatadas na Inspeção, mostrando a real situação dos problemas encontrados na obra. Nessa etapa será feito o levantamento dos sintomas patológicos do ponto de vista estrutural, de durabilidade e funcional com a apresentação do mapeamento das anomalias detectadas, de modo a possibilitar a execução dos serviços constantes nos "Relatório de Verificação Estrutural" e "Relatório de Terapia".

A inspeção deve ser conduzida de forma sistemática e organizada, de modo a garantir que todo elemento estrutural seja inspecionado, abrangendo a Infraestrutura (caso tenha acesso), Mesoestrutura e Superestrutura.

Abaixo estão elencados os itens mínimos a serem inspecionados:

- Tabuleiro;
- Juntas de dilatação;
- Aparelhos de apoio;
- Pilares;
- Encontros;
- Pavimento;
- Passeio;
- Elementos de drenagem;
- Guarda-corpos;
- Defensas rígidas;
- Taludes;
- Iluminação;
- Sinalização horizontal e vertical;
- Gabaritos;
- Proteção dos pilares;
- Dutos secos de serviços concessionados; e
- Altura do gabarito para passagem de veículos.

Para a caracterização adequada das anomalias, podem ser necessárias a abertura e fechamento de janelas e elaboração de ensaios.

#### **2.5.4. Relatório II - Verificação Estrutural contendo:**

Elaboração de verificação estrutural do projeto original, para uso atual conforme normas vigentes, e com os parâmetros e patologias verificados na inspeção especial, servindo de referência para os dados como construído ("as built"). O levantamento será realizado a partir da verificação de sintomas adicionais, eventualmente não identificados na inspeção especial. Deverá ser efetuada análise de coerência dos sintomas patológicos levantados durante a inspeção com a verificação estrutural, de forma a validar o apontamento destes sintomas.

A partir da confirmação dos sintomas, deverá ser apresentado o diagnóstico da obra. Neste momento, a CONTRATADA deverá elaborar um laudo técnico, determinando a viabilidade econômica ou não, das intervenções corretivas e de adequação estrutural. O estudo da viabilidade econômica deverá ser realizado através da elaboração de tabelas estimativas de custo das soluções em análise.

Caso não exista o projeto original, as características da obra deverão ser determinadas através do dimensionamento pelas normas vigentes à época em que foi projetada, bem como pelo levantamento das armaduras e dimensões da obra in loco. Desse modo, se as armaduras calculadas estiverem compatíveis com as armaduras identificadas in loco, deverá ser feita a verificação estrutural do projeto original para uso atual, nos termos das normas vigentes e levantamento realizado a partir da verificação dos eventuais sintomas adicionais. Caso seja constatada que o projeto original não se adequa ao uso atual, deverá ser efetuado o apontamento da necessidade de elaboração de projeto de reforço e apresentado o estudo de viabilidade econômica para as possíveis soluções.

Caso seja constatada a necessidade de implantação de barreiras rígidas sobre a OAE, deverá ser elaborado o projeto desses elementos para permitir que se proceda a implementação. Igualmente, no caso de indicação de substituição de juntas de dilatação, deverão ser elaborados esses projetos.; e

#### **2.5.5. Relatório III - Terapia (Projetos de recuperação) contendo:**

Os procedimentos executivos que devem ser empregados nos serviços de recuperação, reparo e proteção da estrutura de concreto, incluindo as especificações técnicas, as características e propriedades mínimas requeridas dos materiais a serem utilizados e os critérios de aceitação por parte da FISCALIZAÇÃO, deverão ser apresentadas neste relatório.

A CONTRATADA deverá seguir as recomendações:

Detalhamento da recuperação, incluindo a metodologia, necessidades de reforços, proposição de intervenções, especificações técnicas dos serviços, conclusões, recomendações e indicação da necessidade de relatórios complementares;

Projeto de recuperação, em formato A1 e em formato compatível com AutoCAD, elaborado com base nos desenhos produzidos para o Relatório I – Patologia, indicando as terapias a serem aplicadas em cada anomalia ou em um conjunto de anomalias próximas. As terapias indicadas devem agrupar, de forma sequencial, as atividades e metodologias de recuperação descritas no corpo do relatório;

- Proposição de alternativas de solução para restrições de gabarito vertical;
- Proposição da solução estrutural e viabilidade técnica, caso necessário;
- Planilha de quantitativo de anomalias;
- Memória de Cálculo detalhada de todas as quantidades de anomalias inspecionadas e do respectivo tratamento a ser realizado, sendo que cada item deverá ser referenciado aos documentos do Projeto Executivo e às respectivas quantidades da planilha elaborada;
- Orçamento das obras, considerando como referência os itens e preços da tabela de referência previamente aprovadas pela Contratante, que tem como finalidade relacionar os tipos de serviços a serem realizados e fornecer subsídios para a elaboração do orçamento das respectivas obras de recuperação e/ou reforço, visto que é esperado que algumas OAEs exijam projetos de reforço, para tais, a consultora deve estar preparada para execução das soluções de reforço com fibra de carbono e/ou encamisamento com aço e concreto.

#### **2.5.6. Relatórios de Inspeções de OAEs**

- Elaboração e emissão de Relatórios de Inspeção de OAEs, realizadas por pessoal especializado, sendo necessário avaliar as estruturas de concreto, estruturas de madeira, e estruturas metálicas, observar o adequado funcionamento e condições de uso abrangendo os Relatórios I, II e III citados acima, objetivando a segurança plena da edificação.
- Emissão do relatório correspondente.

#### **2.5.7. Planejamento e Controle**

Elaboração do planejamento das intervenções, conforme diretrizes da SIURB para emissão dos Pedidos de Contratação, considerando:

- Análise dos custos, prazos e recursos;
- Análise do grau de criticidade das intervenções identificadas;
- Lançamento dos dados no Sistema Informatizado a ser implantado.

### **1. Controle Geométrico**

O controle geométrico deverá garantir a precisão e conformidade geométrica nas obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública.

#### **2.6.1. Verificação e Acompanhamento de Alinhamentos e Níveis:**

Acompanhamento contínuo e verificação dos alinhamentos horizontais e verticais, e dos níveis das obras, com o objetivo de garantir que todas as etapas da execução estejam dentro dos parâmetros geométricos estabelecidos nos projetos.

#### **2.6.2. Monitoramento e Controle de Desvios Geométricos:**

Identificação de eventuais desvios geométricos (como desalinhamentos, desníveis, deformações), realizando a análise e proposição de correções para garantir que as obras atendam às especificações de projeto.

#### **2.6.3. Uso de Tecnologias de Precisão:**

Adoção de equipamentos de medição de alta precisão, como estação total, GPS, níveis e outros dispositivos adequados para o monitoramento geométrico, a fim de garantir a exatidão nas medições e registros.

#### **2.6.4. Relatórios Técnicos:**

Elaboração de relatórios periódicos detalhados sobre as medições realizadas, análise dos resultados, identificação de possíveis desvios e ações corretivas necessárias. Os relatórios deverão ser entregues de forma clara e objetiva, com recomendações e soluções técnicas.

### **1. Controle Tecnológico**

O Controle Tecnológico em obras de engenharia é uma etapa fundamental para garantir a qualidade, segurança e eficiência dos projetos. Ele envolve a aplicação de procedimentos, testes, ensaios de laboratório e inspeções durante todas as fases da construção, desde a escolha dos materiais até a execução final. O objetivo principal é assegurar que os materiais utilizados atendam às especificações técnicas e normativas vigentes, além de verificar se os processos de execução estão sendo realizados de acordo com os padrões estabelecidos.

Esse controle permite identificar possíveis problemas ou desvios no início, facilitando correções rápidas e evitando custos adicionais ou riscos à segurança. Entre as atividades do controle tecnológico, destacam-se a análise de materiais, ensaios de resistência, controle de compactação, verificações dimensionais e inspeções visuais. Assim, o controle tecnológico contribui para a durabilidade, estabilidade e segurança das obras de engenharia, garantindo que o resultado final seja de alta qualidade e atenda às expectativas do projeto.

#### **2.7.1. Laboratório de Solos, Asfalto e Concreto em Obras de Engenharia**

O laboratório de solos, asfalto e concreto é uma parte essencial do controle tecnológico em obras de engenharia. Ele é responsável por realizar testes e análises que garantem a qualidade e a conformidade dos materiais utilizados na construção.

No laboratório de solos, são feitos ensaios para determinar as propriedades do solo, como resistência, compactação e capacidade de suporte, ajudando a definir as melhores técnicas de fundação e preparação do terreno.

Já no laboratório de asfalto, são realizados testes para verificar a composição, resistência, aderência e durabilidade do material, garantindo que a pavimentação seja resistente às condições do ambiente e ao tráfego.

No laboratório de concreto, os ensaios avaliam a resistência, trabalhabilidade, durabilidade e composição do concreto, assegurando que ele atenda às especificações técnicas do projeto.

Esses laboratórios ajudam a monitorar e controlar a qualidade dos materiais durante toda a obra, prevenindo problemas futuros e garantindo a segurança, durabilidade e eficiência das estruturas construídas. Assim, o trabalho realizado nesses laboratórios é fundamental para o sucesso de qualquer projeto de engenharia.

Cabe a(s) EMPREITEIRA(s) a responsabilidade pelo controle geométrico e tecnológico dos serviços. À CONTRATADA é reservada a verificação dos ensaios e controles realizados pela(s) EMPREITEIRA(s), podendo a qualquer momento, solicitar a realização de novos ensaios para confirmação da qualidade dos trabalhos executados, caso haja desvio nos resultados, deverá ser comunicado imediatamente e por escrito à CONTRATANTE, que exigirá a(s) EMPREITEIRA(s) a reexecução dos serviços necessários para reconduzir a obra aos padrões de qualidade estabelecidos.

### **1. Apoio Ambiental**

O contratado deverá apoiar a SIURB em todos os processos ambientais, compreendendo um monitoramento e controle das ações ambientais em andamento no âmbito dos contratos da SIURB, desde estudos, projetos e emissão e obtenção de licenças, bem como na fase das obras.

#### **2.8.1. Análise de Impactos Ambientais:**

Realização de estudos e diagnósticos periódicos sobre os impactos ambientais gerados pelas obras, como alterações em áreas verdes, recursos hídricos, fauna e flora, qualidade do ar e do solo, e ruído, visando identificar, avaliar e sugerir ações mitigadoras.

#### **2.8.2. Apoio no Monitoramento Ambiental:**

Acompanhamento das atividades de controle ambiental desenvolvidas pelas equipes responsáveis pela obra, realizando verificações e auditorias sobre as práticas adotadas para minimizar os impactos ambientais, com ênfase na conformidade com a legislação vigente.

#### **2.8.3. Análise de Conformidade com Licenciamento Ambiental:**

Verificação contínua do cumprimento das condicionantes estabelecidas no licenciamento ambiental, assegurando que as atividades da obra estejam em conformidade com as licenças e autorizações ambientais.

#### **2.8.4. Gestão de Resíduos e Efluentes:**

Apoio na análise e controle das práticas de manejo e destinação de resíduos sólidos, efluentes e outros materiais gerados durante as obras, garantindo que estejam sendo realizados conforme as melhores práticas ambientais e de acordo com a legislação vigente.

#### **2.8.5. Monitoramento de Áreas de Risco Ambiental:**

Identificação de possíveis áreas de risco ambiental nas imediações das obras e apoio na implementação de medidas preventivas para evitar danos ao meio ambiente, como a proteção de áreas de preservação permanente e corpos d'água.

#### **2.8.6. Apoio à Elaboração de Relatórios Ambientais:**

Auxílio na elaboração e revisão de relatórios ambientais periódicos, como relatórios de acompanhamento de impacto ambiental, relatórios de controle de resíduos e outros documentos exigidos pelas autoridades ambientais ou pela Prefeitura Municipal.

#### **2.8.7. Treinamento e Capacitação:**

Oferecimento de suporte para treinamentos direcionados às equipes de execução das obras, abordando boas práticas ambientais e o cumprimento das normas e regulamentações ambientais aplicáveis.

### **1. Apoio à Elaboração de Documentação para Contratações**

#### **2.9.1. Apoio a elaboração de escopos de trabalho e termos de referência referentes, compreendendo:**

- Exame de cada serviço a ser implantado ou construído, analisando os estudos técnicos que servirão de base para licitar o serviço ou a obra e, em particular, os parâmetros técnicos adotados, as especificações propostas e os métodos de execução recomendados;
- Elaboração de Termos de Referência relativos às condições dos serviços e instruções específicas aos proponentes;
- Elaboração de orçamento dos serviços a contratar;
- Efetuar previamente pesquisa de preços no mercado quando ocorrer a impossibilidade de uso de Tabelas Públicas de Prestação de Serviços Contratados;
- Preparação da documentação para contratação; e
- Acompanhamento da contratação até a efetivação do Termo Contratual ou de acordo com as demandas e orientações prévias e documentadas do cliente.

### **1. Sistema Informatizado de Gestão**

#### **2.10.1. Implantação de Sistema Informatizado**

Deverá ser implantado um Sistema Informatizado com acesso via Internet de apoio para a gestão de contratos e ordens de serviços de projetos, inspeções e obras e que proporcione a verificação e acompanhamento a qualquer tempo do andamento dos contratos em questão, sendo que este Sistema deverá fornecer pelo menos as seguintes funcionalidades básicas:

- Possibilitar a customização da apresentação de mapa com localidades dos portfólios, programas e obras de maneira georreferenciada no próprio Sistema e conforme a escolha do usuário, através de latitude e longitude, com o status evolutivo em que cada um se encontra, permitindo também a visualização rápida de informações de avanço físico-financeiro;
- Possibilitar a geração de relatórios impressos originários no Sistema Informatizado, possibilitando ao usuário a seleção do período e comando para impressão;
- O Sistema Informatizado deverá estar estruturado para possibilitar a gestão de Portfólios, Programas, Projetos, Inspeções, Obras, Contratos e Ordens de Serviços conforme estabelecidos nos atuais conceitos inerentes ao Gerenciamento de Projetos aplicáveis ao caso;
- Possibilitar o controle do Registro Fotográfico de acompanhamento de obras e/ou de possíveis patologias observadas durante sua realização, com a devida descrição, data e responsável pelo registro;
- O Sistema Informatizado deverá apresentar as principais ocorrências identificadas e que estão comprometendo determinada etapa e automaticamente comunicar aos profissionais de interesse o problema, de tal sorte que possam ser tomadas providências para a devida solução, com previsão de data máxima e controle de conclusão;
- Possibilitar o cadastro organizado dos contratos de fornecedores em geral;
- Possibilitar a realização de Atas de Reunião e Diários de Obras diretamente no Sistema, sendo as firmas dos participantes inseridas de maneira digital ou através de impressão e consequente coleta das mesmas para posterior inclusão no Sistema;
- Possibilitar o controle dos prazos através de importação, pelo menos, de cronogramas elaborados no MS Project ou similar;
- Possibilitar o upload, o download, a revisão e a busca dos documentos através do controle de permissão devidamente configurado e acordado entre as partes envolvidas;

- Possibilitar a geração de Gráfico de Projeção de Andamento e Conclusão de Projetos e/ou Obras em Curva de Agregação Padrão (Curva “S”), considerando o histórico de andamento/progresso, incluindo campo para observações contendo orientação para ajustes e/ou reprogramações em frentes de serviços;
- Possibilitar o acompanhamento dos Contratos, com: medições, saldo contratual, aditivos e/ou supressões;
- Possibilitar o controle das planilhas contratuais de preços e serviços e a realização de medições no próprio ambiente do Sistema;
- Possibilitar a criação e manutenção de cronograma físico-financeiro, além de ajustes e atualizações, evoluções e replanejamentos no próprio Sistema;
- Possibilitar a geração de históricos de evolução física e financeira de contratos dentro do próprio Sistema Informatizado.

### 1. Atribuições e Premissas da Consultoria

As atribuições de consultoria pertinentes ao desenvolvimento dos projetos, inspeções e das obras e serviços aqui neste item e acima referenciadas compreendem o desenvolvimento do apoio ao gerenciamento e a supervisão técnica da conformidade e da qualidade dos serviços executados, de maneira a garantir que os projetos, as obras e as possíveis ações ambientais sejam conduzidas de acordo com os projetos, as licenças, os planos técnicos dos trabalhos, as normas técnicas vigentes e as especificações contratuais, além de regulamentos e leis – em especial as que dizem respeito às questões de segurança da população e do meio ambiente – alertando à equipe de Fiscalização da Secretaria de Obras (SO) da Prefeitura Municipal de Guarulhos dos desvios de quaisquer natureza nos procedimentos definidos nos projetos, apresentando sugestões que permitam a retomada dos serviços de implantação dentro dos prazos máximos estabelecidos, além do mapeamento e grau de urgência das intervenções decorrentes das inspeções das edificações e OAEs.

Constituem etapas dos serviços: o Apoio ao Gerenciamento e o Apoio a Supervisão da Execução de Projetos e Obras, Elaboração de Projetos, Controle Geométrico, Inspeções de Edificações e OAEs e o Apoio às Ações Ambientais.

Caso haja desvio nos resultados, este deverá ser comunicado imediatamente e por escrito à SIURB, para que seja exigido das executoras a refazimento dos serviços necessários para reconduzir os serviços aos padrões de qualidade estabelecidos. Os trabalhos da Consultora a ser contratada compreenderão as atividades que estão relacionadas de maneira interdependente e/ou sequencial e estas, por sua vez, divididas em Relatórios cuja periodicidade será mensal e/ou por obra ou ainda pontual, quando necessário e/ou a pedido do cliente.

Os Relatórios de Consultoria Técnica farão parte dos itens que acompanharão as medições dos itens de serviços consumidos e medidos por preços unitários, sendo que as quitações se darão com as contraprestações financeiras e legais dos serviços que se pretende contratar, onde a periodicidade dessas medições físico-financeiras se darão necessariamente pelo lapso mensal, através do encaminhamento formal até o segundo dia útil do mês seguinte ao dos serviços prestados e para a aceitação da SIURB em até 05 (cinco) dias, sendo que, após esta formalização, será dado o retorno para a emissão da Nota Fiscal/Fatura e, de acordo com o montante aprovado frente a medição apresentada, onde a possível dúvida sobre quaisquer itens medidos deverá ser sanada dentro do prazo entre a comunicação e a emissão do documento de cobrança citado, caso contrário e excepcionalmente, irá se acumular para o próximo período de medição, quando deverá ser necessariamente quitada ou recusada.

Como os trabalhos desenvolvidos mensalmente pela Consultora a ser contratada serão condensados nos diversos Relatórios, de acordo com o seu tipo e fim, a coleção destes então apresentada deverá representar todos os esforços das equipes técnicas que foram mobilizadas para tanto, de comum acordo entre a SIURB e a Consultora a ser contratada, de tal sorte que se tenha uma plena integração da prestação de serviços.

### 3. RELATÓRIOS TÉCNICOS

A Consultora a ser contratada deverá apresentar mensalmente os Relatórios seguintes durante o desenvolvimento do futuro Contrato que será detentora.

A exceção será o Relatório referente ao fechamento de contrato em acompanhamento e que deverá ter prazo específico para apresentação e a ser acordado entre as partes, assim como possíveis outros Relatórios que a SIURB venha a requerer e que poderão ter periodicidade diferente, sempre de acordo com o ajustado entre as partes.

#### 1. Relatório de Obras - RO

Este relatório será elaborado a cada mês e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações a seguir:

- Apresentação da qualidade geral dos serviços executados no período através de cópias dos Diários de Obras e com os comentários que se fizerem necessários;
- A aderência ao plano de trabalho proposto e os possíveis ajustes combinados para retomar e garantir o cumprimento dos prazos finais contratados;
- O desempenho quanto aos equipamentos alocados, tanto no que tange as quantidades disponibilizadas nas datas-marco previstas, quanto as características aderentes ao Termo de Referência e sua operacionalidade;
- O desempenho quanto ao cronograma físico-financeiro programado e, sempre que necessário, as proposições de ajustes acordados e documentados para as correções em prol do atendimento de prazos finais contratuais;
- As medidas tomadas para garantir a segurança ocupacional no canteiro de obras;
- A adequação e a eficácia da sinalização e das medidas de segurança de trânsito dentro do canteiro de obras e nos locais que tenham ou terão intervenções na fase de obras;
- Relatórios fotográficos, contendo os serviços relevantes executados no período e as atividades da supervisora no período;
- Informes de irregularidades ambientais, inconformidades e/ou pendências ambientais existentes ou a serem resolvidas, com as possíveis soluções;



- Informes de irregularidades sociais, inconformidades e/ou pendências sociais existentes ou a serem resolvidas, com as possíveis soluções;
- Informações referentes a possíveis itens de serviços que não tenham sido previstos em planilha de orçamento e que tenham que ser aditados ao contrato da Executora, incluindo as necessárias justificativas legais e operacionais;
- Projeção técnico-operacional e financeira referente a cada contrato sob acompanhamento e para que sejam cumpridos no mês subsequente o previsto em cronograma e os possíveis serviços pré-ajustados para recompor possíveis atrasos; e
- Deverá ser anexado ao relatório o resumo dos resultados dos ensaios de controle de qualidade executados pelas Empreiteiras contratadas e possíveis contraprovas que tenham sido realizadas para avaliação final.

#### 1. Relatório de Projetos - RP

Este relatório será elaborado a cada mês, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações a seguir:

- A evolução física de cada projeto e, dentro dele, de cada uma das disciplinas sob acompanhamento e, por consequência, a aceitação/aprovação parcial e/ou total de cada uma delas no período;
- O nível de qualidade e acuidade apresentados no desenvolvimento dos serviços executados no período, com comentários e comparações com o que já tenha sido realizado;
- A aderência ao plano de trabalho proposto e, em caso de atrasos notados, as providências tomadas para gerar possíveis ajustes em prol do atendimento de prazos;
- O desempenho verificado quanto aos cronogramas físico e financeiro propostos e contratados, desde o início dos trabalhos e até o período em questão, com sugestões para correções de rumo que evitem atrasos;
- Informações técnicas e operacionais sobre o andamento de cada contrato acompanhado no período e que se refira as possíveis ocorrências não previstas e/ou que tenham extrapolado o Termo de Referência orientador dos serviços; e
- Projeção técnico-operacional e financeira referente a cada contrato sob acompanhamento e para que sejam cumpridos no mês subsequente o previsto em cronograma e os possíveis serviços pré-ajustados para recompor possíveis atrasos.

#### 1. Relatório de Inspeção de Edificações - RIE

Este relatório será elaborado a cada mês, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações a seguir:

- Relação de edificações;
- Relação de inspeções realizadas no período;
- Fichas das inspeções realizadas no período acompanhadas dos relatórios fotográficos e informações detalhadas no item 2.4.

O Relatório será apresentado em 2 (duas) vias, formato A4 e em meio digital.

#### 1. Relatório de Inspeção de OAEs - RIO

Este relatório será elaborado a cada mês, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações a seguir:

- Relação de OAEs;
- Relação de inspeções realizadas no período;
- Relatórios das inspeções realizadas no período acompanhadas dos relatórios I, II e III e informações detalhadas no item 2.5.

O Relatório será apresentado em 2 (duas) vias, formato A4 e em meio digital.

#### 1. Relatório Ambiental - RA

Este relatório será elaborado a cada mês, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações a seguir:

- Apoio no Monitoramento Ambiental;
- Análise de Conformidade com Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Monitoramento de Áreas de Risco Ambiental;
- Apoio à Elaboração de Relatórios Ambientais;
- Treinamento e Capacitação; em conformidade com as informações detalhadas no item 2.7.

O Relatório será apresentado em 2 (duas) vias, formato A4 e em meio digital.

#### 1. Relatório de Controle Geométrico - RCA

Este relatório será elaborado a cada mês, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações a seguir:

- Verificação e Acompanhamento de Alinhamentos e Níveis;



- Monitoramento e Controle de Desvios Geométricos;
- Uso de Tecnologias de Precisão;
- Relatórios Técnicos, em conformidade com as informações detalhadas no item 2.6.

O Relatório será apresentado em 2 (duas) vias, formato A4 e em meio digital.

### 1. Relatório de Controle Tecnológico - RCT

Este relatório será elaborado a cada mês, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações a seguir, referente aos ensaios executados no laboratório de solo, pavimentação e concreto:

#### 1. Identificação do projeto e da amostra:

- Nome do projeto, local da obra, data do ensaio e identificação da amostra (por exemplo, número de lote, origem, tipo de material).

#### 2. Objetivo do ensaio:

- Descrição do que está sendo avaliado, como resistência, compactação, trabalhabilidade, etc.

#### 3. Procedimentos utilizados:

- Métodos e normas técnicas seguidas para realizar os ensaios (por exemplo, normas da ABNT ou ASTM).

#### 4. Equipamentos utilizados:

- Descrição dos equipamentos e instrumentos utilizados, incluindo calibração e condições de uso.

#### 5. Resultados obtidos:

- Valores medidos, como resistência à compressão, teor de umidade, índice de compactação, entre outros, apresentados de forma clara e organizada.

#### 6. Análise dos resultados:

- Comparação com os requisitos do projeto ou normas técnicas, indicando se os materiais estão dentro dos padrões estabelecidos.

#### 7. Conclusões:

- Resumo se os materiais atendem às especificações e se podem ser utilizados na obra, ou se há necessidade de ajustes ou novos ensaios.

#### 8. Assinaturas e responsáveis:

- Assinatura do responsável técnico pelo ensaio, data e carimbo, garantindo a validade do relatório.
- Relatórios Técnicos, em conformidade com as informações detalhadas no item 2.7.

O Relatório será apresentado em 2 (duas) vias, formato A4 e em meio digital.

### 1. Relatório Operacional e Apoio - ROA

Este relatório será elaborado a cada mês, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações a seguir:

#### 3.8.1. Relatórios Gerenciais e Operacionais

Emissão de relatórios das atividades por meio de Sistema Informatizado de gestão e de modo a proporcionar à SIURB, e a qualquer tempo e via Web, todas as informações pertinentes ao desenvolvimento e gestão dos projetos e obras, sejam eles de edificação ou de infraestrutura pública, sendo que será possível a montagem e a entrega de relatórios mais sucintos e em periodicidades diferentes, normalmente mais curtas, em função de necessidades específicas e/ou a ordem do cliente.

#### 3.8.2. Relatórios Específicos Solicitados pela SIURB – RES

A SIURB poderá solicitar à Consultora a ser contratada a elaboração de relatório técnico específico e que seja necessário frente a possível necessidade de planejamento e/ou emergência técnica/operacional e/ou de programação e/ou gerencial frente aos cronogramas.

#### 3.8.3. Relatório Gerencial de Coordenação – RGC

Este relatório será elaborado a cada mês, com a finalidade de consolidar todas as ações tomadas ao longo do período e que serão, em maior ou menor condição, de conhecimento do Secretário e da Fiscalização da SO, sendo essas informações e dados referentes ao andamento das diversas fases da execução das atividades de consultoria técnica contratada, destacando e explicitando, no que couber e necessitar, os fatores de influência temporal sobre o desenvolvimento dos serviços gerenciados, supervisionados e fiscalizados, bem como os executados pela consultora e as consequências que poderão advir no futuro próximo, a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias de correção de rota. Descreverá, portanto, as atividades da Consultora frente as Contratadas ativas no período, acumulando às etapas anteriores e indicando eventuais dificuldades surgidas e/ou persistidas, conclusões sobre a análise dos resultados obtidos frente aos controles realizados e um sumário das principais ocorrências.

O Relatório será apresentado em 2 (duas) vias, formato A4 e em meio digital.

#### 1. Aprovação dos Relatórios

Os relatórios em geral serão enviados após o final de cada mês – salvo relatórios específicos e/ou os a seguir definidos – e serão os compêndios dos trabalhos realizados e que, por sua vez, justificarão os esforços empregados através das equipes técnicas e seus complementos para tais feitos e conforme itens constantes na Planilha Orçamentária, devendo ser analisados pela SO e que se manifestará sobre seu conteúdo e aceitação nos seguintes prazos máximos:

a) **Relatório de Obras - RO, Relatório de Projetos - RP, Relatório de Inspeção de Edificações - RIE, Relatório de Inspeção de OAEs – RIO, Relatório Ambiental – RA, Relatório de Controle Geométrico – RCA e Relatório Operacional e Apoio - ROA:** 5 (cinco) dias.

#### 4. EQUIPE TÉCNICA

**Profissionais envolvidos para execução dos serviços, conforme planilha de preços e Composições de Preços Unitários:**

- **Coordenador Geral;**
- **Engenheiros / Arquitetos Sênior;**
- **Engenheiros / Arquitetos Pleno;**
- **Engenheiros / Arquitetos Júnior;**
- **Assistente Social Júnior;**
- **Técnicos Nível Médio;**
- **Topógrafos;**
- **Auxiliares de Topografia;**
- **Desenhistas – Cadistas; e**
- **Auxiliar Técnico de Comunicação Social.**

#### 5. ESCRITÓRIO, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

A Consultora a ser contratada poderá possuir instalação própria para a devida e adequada acomodação dos profissionais alocados nas equipes de trabalho, inclusive com todos os equipamentos de segurança necessários, e para a guarda de equipamentos. A Consultora a ser contratada ficará responsável pelo fornecimento dos equipamentos de informática e outros necessários, assim como veículos, para execução dos serviços por seus profissionais.

Caberá à Contratada colocar à disposição de sua equipe as seguintes condições:

- Equipamentos técnicos e de levantamentos de campo, mobiliários, veículos e todos os demais insumos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Local apropriado para a guarda e armazenamento de equipamentos técnicos e de levantamentos de campo, escritório e veículos;
- Transporte, estadia e alimentação para sua equipe;
- Microcomputadores, softwares, impressoras, plotters com características adequadas à demanda dos serviços, os quais ao final do contrato passarão à propriedade da SIURB/PMG, sem ônus adicionais ao órgão;
- Equipamentos de comunicação, incluindo telefones, "modem" e acesso à internet;

Em todos os relatórios e documentos técnicos componentes do trabalho executado pela Contratada, deverão constar, sempre que necessário, a identificação dos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.

#### 6. PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**O Prazo de Execução dos serviços é de 30 (trinta) meses**, contados da emissão da Primeira Nota de Serviço, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o máximo de 120 (cento e vinte) meses nos termos da Lei nº 14.133/21, desde que não seja renunciado formalmente por qualquer das partes, com antecedência mínima de 03 (três) meses.

#### 7. ORÇAMENTO ESTIMATIVO DA SECRETARIA DE OBRAS

A consequente planilha com o orçamento estimativo para a contratação de empresa de consultoria técnica em engenharia e com a finalidade de Prestação de serviços de apoio ao gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública, atendendo aos requisitos ambientais, e que estejam sob a responsabilidade da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guarulhos, e descritos neste Termo de Referência, está apresentada na Planilha Orçamentária.

#### 6. Projeto Básico das Obras e Serviços de Engenharia:

( ) Sim, conforme ANEXO.

(x) Não se aplica

**7. Regimes de Prestação de Serviços de Obras e Engenharia**

- ☐ Empreitada por preço global
- ☒ Empreitada por preço unitário
- ☐ Tarefa
- ☐ Empreitada integral
- ☐ Contratação integrada
- ☐ Contratação semi-integrada
- ☐ Fornecimento e prestação de serviço associado
- ☐ Não se aplica

**8. Classificação do objeto:**

- ☐ **bens e serviços comuns:** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado
- ☐ **bens e serviços especiais:** aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma de bens e serviços comuns, exigida justificativa prévia do contratante;
- ☐ **serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- ☒ **serviço especial de engenharia:** aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum.
- ☐ **serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas
- ☐ **serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**
- ☐ **serviços não contínuos ou contratados por escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;
- ☐ **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**
- ☐ **notória especialização:** qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;
- ☐ **outros (especificar)**
- \_\_\_\_\_

**9. Participação de Consórcios e/ou Cooperativas:**

- ☒ Permitida
- ☐ Vedada. Justificar:

**10. Identificação do responsável pela elaboração do TR (nome, CF, cargo)**

Eng. Raphael Guardabassi Guerrero  
Cargo/Função: Secretário Adjunto de Infraestrutura Urbana - CF: 83234

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Guardabassi Guerrero, Secretário (a) Adjunto (a)**, em 13/03/2026, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4111761** e o código CRC **F4C700D4**.



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO III A**

### **ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA  
Divisão Técnica de Projetos de Pavimentação e Microdrenagem

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade:

Este documento trata-se de estudo técnico preliminar, visando a contratação de serviços de apoio ao gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública deste município.

A Secretaria de Obras é responsável por empreendimento exemplificados a seguir, tais como, unidades para atendimento da saúde municipal, edificações diversas para atendimento do desporto municipal, unidades habitacionais para atendimento ao assentamento de famílias oriundas de áreas de invasão e outras que estejam devidamente cadastradas, edificações para atendimento a estrutura de servidores municipais e para o atendimento ao público, entre outros.

A secretaria também realiza intervenções em obras de recuperação, de restauração, de conservação e de implantação de todo o sistema viário urbano do município seja com recapeamentos ou com novas pavimentações, buscando a melhoria e a ampliação da capacidade de escoamento viário do município, tendo ainda sob sua tutela os investimentos em conservação, manutenção, recuperação, reforço e implantação de obras de arte especiais, assim como de seus acessos e de tratar as influências de impacto de fluxo viário nos seus entornos, com a necessidade obedecer às regras urbanísticas municipais definidas em Plano Diretor Municipal.

Os escopos das atividades técnicas ora descrita, compreende na necessidade da SO em contratar empresa que proporcione suporte técnico ao município, promovendo soluções de engenharia que garantam a eficiência na execução de projetos e obras, o desenvolvimento sustentável e a otimização de recursos públicos.

A expertise da empresa apoiará a Secretaria de Obras na gestão eficiente, na fiscalização rigorosa e na elaboração de estudos técnicos que garantam a conformidade com as normas ambientais e técnicas vigentes.

A contratação de empresa especializada para a execução desses serviços no município busca promover melhorias significativas, alinhadas às políticas públicas locais. Essa iniciativa visa impulsionar o desenvolvimento, aprimorar o atendimento à população e assegurar a qualidade de vida por meio de obras de edificação e infraestrutura que atendam aos padrões de segurança, sustentabilidade e eficiência.

2. Histórico:

Ao longo do tempo, foram realizadas diversas contratações, por parte da Secretaria de Obras, com o objetivo de assegurar a supervisão, gerenciamento, fiscalização, coordenação e controle de projetos e obras, garantindo a conformidade com as normas técnicas, ambientais e de segurança. Essas contratações contribuíram para a execução eficiente, segura e sustentável das atividades, promovendo a qualidade e o cumprimento dos prazos estabelecidos pela administração.

A nova contratação deste escopo é fundamental para garantir a continuidade e a melhoria contínua dos novos projetos e obras. Ela traz uma equipe especializada e dedicada, capaz de otimizar processos, assegurar a conformidade com as normas e aumentar a eficiência das operações. Além disso, essa contratação reforça o compromisso com a qualidade, segurança e sustentabilidade.

Do ponto de vista do interesse público, a equipe interna da administração pública desempenha um papel essencial na execução e acompanhamento desses serviços. No entanto, diante da crescente complexidade, diversidade e volume das demandas atuais, especialmente considerando as especificidades dos municípios, torna-se imprescindível a contratação de serviços de gerenciamento especializados para assegurar um atendimento mais eficiente e eficaz às necessidades existentes.

Nesse contexto, a nova contratação de gerenciamento reveste-se de fundamental importância, pois complementa e potencializa a capacidade da equipe interna, trazendo expertise técnica especializada, recursos adicionais e uma gestão mais ágil. Tal parceria possibilita a realização das atividades com maior qualidade, segurança e pontualidade, garantindo o alcance dos objetivos institucionais sem sobrecarregar os profissionais internos ou comprometer as demandas rotineiras que são desenvolvidas diariamente.

2.1. Tem contrato ou ata vigente:

- ☐ Sim, contrato nº \_\_, vencimento: \_\_/\_\_/\_\_
- ☐ Sim ata nº \_\_\_\_
- ☒ Não há contrato/ ata vigente.

2.2. Há interesse em prorrogar contrato ou ata vigente?

- ☒ Sim, por igual período
- ☐ Sim, por \_\_ meses, com cláusula resolutiva, mediante conclusão de contratação através do Processo \_\_\_\_.
- ☐ Não

2.3. Informações sobre estoque existente:

- ☒ Não se aplica, pois trata-se de prestação de serviços

<div><div><div></div><div>( ) Não se aplica, pois não é um produto estocável</div></div><div><div></div><div>( ) Sim, conforme especificado abaixo:</div></div><div><div></div><div>—</div></div></div>
<div><div><div>3. Soluções existentes no mercado:</div><div><p>Não é o caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado nacional diversas empresas de engenharia para realização de serviços por preço unitário, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação. Assim, será elaborada pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde serão discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação desta obra.</p><p>Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada na tabela SIURB supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU”.</p></div></div></div>
<div><div><div>4. Relação de dependência com o contrato:</div><div><div><div></div><div>(x) Não se aplica</div></div><div><div></div><div>( ) Sim, conforme justificativa abaixo:</div></div></div></div></div>
<div><div><div>5. Critério de Sustentabilidade:</div><div><p>O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1998 e a lei nº 14.133/21.</p><p>A presente contratação não gerará impactos ambientais, visto que as atividades de supervisão e fiscalização não são atividades consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras bem como não causam degradação ao meio ambiente, conforme a Resolução CONAMA 237/1997 (Art. 1º), a qual define o disciplinamento dos procedimentos administrativos relativos ao licenciamento ambiental.</p><p>A incorporação de critérios de sustentabilidade socioambiental na supervisão da obra deve ser considerada desde a análise dos projetos básico e executivo até o acompanhamento da execução contratual. Em todas as etapas, devem ser observados aspectos técnico-legais que garantam que o empreendimento seja sustentável do ponto de vista cultural, socioeconômico e ambiental, de forma que:</p><ul style="list-style-type: none"><li>•Priorize soluções que aumentem a durabilidade da estrutura;</li><li>•Implemente medidas que minimizem a geração de resíduos durante a execução da obra, com a devida destinação ambientalmente adequada dos rejeitos, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Resolução nº 307/2002 do CONAMA.</li></ul><p>Portanto, a supervisão da obra deve garantir que a execução ocorra com o menor impacto possível no ecossistema local, promovendo também benefícios à economia local e priorizando o bem-estar social. As atividades devem ser realizadas com a melhor técnica disponível, respeitando os princípios de zelo e diligência.</p><p>Além disso, a supervisão deve assegurar que todas as normas de direito administrativo, legislação ambiental e trabalhista, bem como as regulamentações infralegais do setor da construção civil, sejam cumpridas. Deve-se ainda garantir que as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as boas práticas de segurança e medicina do trabalho, assim como de segurança pública, sejam observadas, mantendo a área da obra limpa e organizada ao longo de sua execução.</p></div></div></div>
<div><div><div>6. Estimativa do valor da contratação: R\$</div><div><p>R\$ 20.000.000,00 - Valor estimado para contratação dos serviços será vinculada às planilhas estimativas unitárias (tabela referencial SIURB),</p></div></div></div>
<div><div><div>7. Levantamento e análise de riscos:</div><div><p>A análise de riscos tem o intuito de identificar as ameaças à longevidade do objeto entregue e as ações que podem ser tomadas para evitar ou minimizar a ocorrência dos riscos e impactos negativos. Sendo assim, todo risco identificado deve ter pelo menos uma medida preventiva, a fim de evitar danos ao objeto do contrato, objetos envolvidos e ao meio ambiente.</p><p>O levantamento e análise de riscos identificarão potenciais ameaças associadas à execução das obras. O mapa de riscos será elaborado para uma gestão eficaz, permitindo a escolha da solução mais vantajosa sob a perspectiva do interesse público.</p></div></div></div>
<div><div><div>8. Definição do objeto:</div><div><p>Após análise das necessidades, soluções disponíveis no mercado e histórico de contratações similares, o objeto é definido como " Contratação de Empresa de Consultoria Técnica em Engenharia com finalidade de Prestação de Serviços de Apoio ao Gerenciamento, a Supervisão, a Fiscalização, Elaboração de Estudos e Projetos e Inspeções de Projetos e Obras de Implantação, Recuperação, Restauração e Reforço de Edificações e Infraestrutura Pública, Atendendo aos Requisitos Ambientais, e que estejam sob a responsabilidade da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guarulhos".</p></div></div></div>
<div><div><div>9. Justificativa de escolha da solução:</div><div><p>A escolha da solução é justificada uma vez que a execução dos serviços propostos tem por finalidade o atendimento das demandas da Secretaria de Obras.</p></div></div></div>

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, de serviços de apoio ao gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública deste município, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária, uma vez que espera-se que essa contratação contribua para garantir a efetividade e a qualidade da elaboração dos projetos e acompanhamento da execução das obras, além de serviços específicos como inspeção de edificações e OAE's, assegurando o cumprimento dos prazos, a correta aplicação dos recursos financeiros e a minimização de retrabalhos, o que resultará em maior economicidade para a administração pública.

Portanto essa escolha da solução apresenta vantajosidade operacional, técnica e financeira. A empresa selecionada deve demonstrar experiência, apresentar vantagens técnicas e oferecer proposta financeiramente competitiva.

10. Previsão no plano de contratação anual (PCA)

Sim,

(x) conforme PCA  
( ) de acordo com o planejamento da unidade e lei orçamentária anual  
Não, justificar:  
\_\_\_\_\_

11. Estimativas de quantidades:

A relação entre a demanda prevista e as quantidades de cada item a ser contratado resultará no levantamento detalhado de quantidades de insumos e serviços, que serão feitos pelo corpo técnico do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Guarulhos, originando orçamento completo dos serviços a serem executados, inclusive com valor final de referência da contratação.

12. Justificativa para o parcelamento, agrupamento e subcontratação:

( ) Parcelamento (item), conforme justificativa abaixo:

-

(x) Agrupamento (não parcelamento - formação de grupos/lotes), conforme justificativa e agrupamento definido abaixo.

O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento dos serviços permanecerá sempre a cargo de um único contratado e/ou consórcio, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade dos serviços e garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Subcontratação:

(x) Sim, conforme item(ns)/serviço(s) e porcentagem a ser subcontratada descrita abaixo:

A subcontratação dos serviços poderá ser permitida de forma parcial conforme disposto no art. 122, da lei 14.133/2021, com a prévia aprovação da Contratante, desde que a Contratada mantenha toda a Coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.

- A CONTRATADA poderá subcontratar até o limite de 20% do valor contratual mediante a prévia autorização do Fiscal e Gestor do Contrato.

( ) Não poderá ser subcontratada.

13. Legislação sobre o assunto:

Independente de não ser especificamente citado, na execução dos serviços e no emprego dos materiais, deverá ser obedecido tudo aquilo que estiver regulamentado pelas normas, especificações, métodos e terminologias da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT, normas internacionais e de órgãos técnicos competentes. A observância rigorosa dos procedimentos definidos nas especificações e projetos será de responsabilidade da Contratada.

14. Premissas técnicas:

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, Técnica e Preço, executada pelo regime de empreitada por preço unitário, para oferecer serviços de apoio ao gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública deste município.

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento, Memorial Descritivo e no Projeto Básico.

A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

15. Princípio da segregação de funções



As funções são divididas em planejamento, condução da licitação e gestão do contrato, garantindo mais controle e transparência (artigos 5º e 7º da Lei 14133/2021).

(x) Sim, atende os princípios da segregação de função.

( ) Não, conforme justificativa abaixo:

16. Mapa de risco (matriz de risco):

PERFIL DE RISCO					
Muito Alto	15	19	22	24	25
Alto	10	14	18	21	23
Médio	6	9	13	17	20
Baixo	3	5	8	12	16
Muito Baixo	1	2	4	7	11
	Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Provável	Praticamente Certo
	PROBABILIDADE				

MATRIZ DE RISCOS

Nº	NÍVEL DE RISCO	NATUREZA DO SERVIÇO	FATOR DE RISCO	DESCRIÇÃO DO FATOR DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS DOS RISCOS	AÇÕES PREVENTIVAS E/OU MITIGADORAS	GRAU DE PROBABILIDADE (P)	GRAU DE IMPACTO (I)	ALOCUÇÃO DOS RISCOS
1	13	APOIO TÉCNICO À EQUIPE INTERNA	Sobrecarga da equipe.	Alto volume de atividades e baixa capacidade operacional interna.	Atrasos nas entregas, falhas de gestão, baixa qualidade.	Contratação de empresa com equipe técnica qualificada.	Provável	Médio	Contratada
2	13	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	Fiscalização inadequada.	Ausência de conhecimento técnico sobre normas.	Não conformidade, retrabalho, risco legais.	Designação de fiscais experientes e capacitados nas normas técnicas e legais.	Provável	Médio	Contratante/ Contratada
3	18	SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS.	Atrasos de execução.	Falta de planejamento e controle.	Extensão dos prazos, insatisfação pública.	Gestão com cronograma físico - financeiro e relatórios de acompanhamento.	Provável	Alto	Contratante/ Contratada
4	14	GESTÃO AMBIENTAL DA EXECUÇÃO.	Desrespeito à legislação ambiental.	Falta de conhecimento ou negligência quanto à legislação.	Geração de resíduos indevidos, sanções e impacto ambiental.	Exigência contratual de cumprimento da PNRS e fiscalização quanto à destinação correta de resíduos.	Pouco Provável	Alto	Contratada
5	18	CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.	Interrupção do suporte técnico contratado.	Recisão contratual ou abandono.	Paralisação dos serviços, descontinuidade no atendimento.	Cláusulas contratuais com penalidades e exigência de substituição técnica.	Provável	Alto	Contratada
6	18	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS.	Projeto técnico inadequado.	Estudos e projetos com falhas ou inconsistências técnicas.	Reprovação, retrabalho, aumento de custo e tempo.	Validação técnica prévia e revisão por equipe multidisciplinar	Provável	Alto	Contratada
7	13	FINANCEIRO	Atraso no cronograma.	Atrasos nos repasses financeiros por parte do órgão financiador.	Atraso no cronograma.	Possibilidade de aditivo de prazo e gestão junto ao órgão financiador buscando a liberação de recursos.	Provável	Médio	Contratada
			Aumento de custo por atraso do cronograma.		Aumento de custo por atraso do cronograma.	Contratada deve adequar estrutura de administração local aos valores recebidos conforme critério de medição e pagamento de administração local.			Contratada
8	13	APOIO A FISCALIZAÇÃO	Comunicação ineficiente.	Falta de integração com equipe da Prefeitura.	Perda de controle, decisões erradas.	Reunião de alinhamento semanais e relatórios gerenciais padronizados.	Provável	Médio	Contratante/ Contratada
9	9	INSPEÇÕES TÉCNICAS EM OBRAS PÚBLICAS.	Ausência de inspeções em tempo hábil.	Falta de vistorias regulares.	Agravamento de falhas, insegurança técnica.	Cronograma de vistorias com responsáveis definidos e registros técnicos formalizados.	Pouco Provável	Médio	Contratante/ Contratada

	10	9	ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS.	Atualização deficiente.	Equipe técnica desatualizada quanto a alterações normativas.	Descumprimento legal e não conformidade.	Capacitação contínua e acesso a normas atualizadas da ABNT, CONAMA, etc.	Pouco Provável	Médio	Contratada
	11	13	RELATÓRIOS TÉCNICOS E DE ACOMPANHAMENTO.	Informações incompletas ou incorretas,	Relatórios imprecisos e não confiáveis para toma de decisão.	Decisões equivocadas e falhas no controle das obras.	Modelos padronizados de relatório com revisão técnica.	Provável	Médio	Contratante/ Contratada
17. Identificação do responsável pela elaboração do ETP (nome, CF, cargo):  Eng. Raphael Guardabassi Guerrero Cargo/Função: Secretário Adjunto de Infraestrutura Urbana - CF: 83234										
E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.										



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Guardabassi Guerrero, Secretário**, em 06/02/2026, às 12:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3817718** e o código CRC **12041105**.



Folha	
PA	
Rubrica	


## **ANEXO IV**

### **PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E PREÇOS MÁXIMOS DA PMG**

SEI: 1123.2025/0000755-2

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA COM FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AO GERENCIAMENTO, A SUPERVISÃO, A FISCALIZAÇÃO, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS E INSPEÇÕES DE PROJETOS E OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E REFORÇO DE EDIFICAÇÕES E INFRAESTRUTURA PÚBLICA.


LOCAL: Município de Guarulhos



Guarulhos

Secretaria de Obras


Departamento de Planejamento e Projetos - S006



PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO

DATA-BASE: JANEIRO/2026		BASE: SIURB JUL/25 SD; SINAPI DEZEMBRO/25 SD; CDHU NOVEMBRO/25 SD; CDHU SINTÉTICA NOVEMBRO/25 - EXC. BDI 20.81%; DER OUT/25 - EXC. BDI 35%; SICRO OUT/25; FDE OUT/25 - EXC. BDI 23%. As tabelas de referência SIURB / julho de 2025 são as últimas versões disponíveis e foram publicadas no dia 03 de novembro de 2025. Planilha onerada em função da Lei n.º 13.161/2015 quanto à contribuição previdenciária.							
ITEM	FONTE	CÓDIGO	Quantidade de Profis / Equip. / Itens	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO C/ BDI (25%)	PREÇO TOTAL
1 EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL									
1.1	SIURB INFRA - JUL/25	IN03025000	1	COORDENADOR GERAL	H	1.980,00	R\$ 528,21	R\$ 660,26	R\$ 1.307.314,80
1.2	SIURB INFRA - JUL/25	IN03027000	2	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR	H	3.960,00	R\$ 316,28	R\$ 395,35	R\$ 1.565.586,00
1.3	SIURB INFRA - JUL/25	IN03029000	1	ENGENHEIRO/ ARQUITETO PLENO	H	5.280,00	R\$ 190,43	R\$ 238,04	R\$ 1.256.851,20
1.4	SIURB INFRA - JUL/25	IN03051000	2	TÉCNICO - NÍVEL MÉDIO	H	10.560,00	R\$ 75,93	R\$ 94,91	R\$ 1.002.249,60
Total 01:								R\$	5.132.001,60
2 RELATÓRIO I PRODUTOS									
2.1	SO	CPU 1	1	RELATÓRIO DE OBRAS	Relatório / Mês	30,00	R\$ 45.822,80	R\$ 57.278,50	R\$ 1.718.355,00
2.2	SO	CPU 2	1	RELATÓRIO DE PROJETOS	Relatório / Mês	30,00	R\$ 24.875,14	R\$ 31.093,93	R\$ 932.817,90
2.3	SO	CPU 3	1	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE EDIFICAÇÕES	m²	180.000,00	R\$ 5,72	R\$ 7,15	R\$ 1.287.000,00
2.4	SO	CPU 4	1	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE OAEs	m²	9.000,00	R\$ 129,96	R\$ 162,45	R\$ 1.462.050,00
2.5	SO	CPU 5	1	RELATÓRIO AMBIENTAL	Relatório / Mês	30,00	R\$ 8.513,63	R\$ 10.642,04	R\$ 319.261,20
2.6	SO	CPU 6	1	RELATÓRIO DE CONTROLE GEOMÉTRICO	Relatório / Mês	30,00	R\$ 41.118,98	R\$ 51.398,73	R\$ 1.541.961,90
2.7	SO	CPU 7	1	RELATÓRIO DE CONTROLE TECNOLÓGICO	Relatório / Mês	30,00	R\$ 41.906,00	R\$ 52.382,50	R\$ 1.571.475,00
2.8	SO	CPU 8	1	RELATÓRIO OPERACIONAL E APOIO	Relatório / Mês	30,00	R\$ 20.737,42	R\$ 25.921,78	R\$ 777.653,40
2.9	SIURB INFRA - JUL/25	IN03053017	1	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1)	UN	600,00	R\$ 7.037,72	R\$ 8.797,15	R\$ 5.278.290,00
Total 01:								R\$	14.888.864,40
3 DESPESAS DIVERSAS									
3.1	SIURB INFRA - JUL/25	IN11008000	2	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	H	10.560,00	R\$ 55,20	R\$ 69,00	R\$ 728.640,00
Total 01:								R\$	728.640,00
TOTAL:								R\$	20.749.506,00

Eng. Raphael Guardabassi Guerrero  
Cargo/Função: Secretário Adjunto de Infraestrutura Urbana - CF: 83234 - CREA 5062987193

SEI:	1123.2025/0000755-2	 <b>Guarulhos</b> Secretaria de Obras Departamento de Planejamento e Projetos - S006
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA COM FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AO GERENCIAMENTO, A SUPERVISÃO, A FISCALIZAÇÃO, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS E INSPEÇÕES DE PROJETOS E OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E REFORÇO DE EDIFICAÇÕES E INFRAESTRUTURA PÚBLICA	
LOCAL:	Município de Guarulhos	

## COMPOSIÇÕES DE PREÇO UNITÁRIO (CPU)

DATA-BASE:	BASE: SIURB JUL/25 SD; SINAPI DEZEMBRO/25 SD; CDHU NOVEMBRO/25 SD; CDHU SINTÉTICA NOVEMBRO/25 - EXC. BDI 20,81%; DER OUT/25 - EXC. BDI 35%; SICRO OUT/25; FDE OUT/25 - EXC. BDI 23%.
JANEIRO/2026	As tabelas de referência SIURB / julho de 2025 são as últimas versões disponíveis e foram publicadas no dia 03 de novembro de 2025. Planilha onerada em função da Lei n.º 13.161/2015 quanto à contribuição previdenciária.

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	COEF.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
<b>CPU 1 RELATÓRIO DE OBRAS</b>							
CPU 1.1	SIURB INFRA - JUL/25	IN03027000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR	H	40,00	R\$ 316,28	R\$ 12.651,20
CPU 1.2	SIURB INFRA - JUL/25	IN03030000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR	H	84,00	R\$ 135,46	R\$ 11.378,64
CPU 1.3	SIURB INFRA - JUL/25	IN03054010	ASSISTENTE SOCIAL JÚNIOR	H	84,00	R\$ 128,31	R\$ 10.778,04
CPU 1.4	SIURB INFRA - JUL/25	IN03051000	TÉCNICO - NÍVEL MÉDIO	H	84,00	R\$ 75,93	R\$ 6.378,12
CPU 1.5	SIURB INFRA - JUL/25	IN11008000	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	H	84,00	R\$ 55,20	R\$ 4.636,80
<b>Total CPU 1</b>							<b>R\$ 45.822,80</b>
<b>CPU 2 RELATÓRIO DE PROJETOS</b>							
CPU 2.1	SIURB INFRA - JUL/25	IN03027000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR	H	17,00	R\$ 316,28	R\$ 5.376,76
CPU 2.2	SIURB INFRA - JUL/25	IN03030000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR	H	59,00	R\$ 135,46	R\$ 7.992,14
CPU 2.3	SIURB INFRA - JUL/25	IN03051000	TÉCNICO - NÍVEL MÉDIO	H	88,100	R\$ 75,93	R\$ 6.689,43
CPU 2.4	SIURB INFRA - JUL/25	IN11008000	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	H	87,261	R\$ 55,20	R\$ 4.816,81
<b>Total CPU 2</b>							<b>R\$ 24.875,14</b>
<b>CPU 3 RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE EDIFICAÇÕES</b>							
CPU 3.1	SIURB INFRA - JUL/25	IN03027000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR	H	0,0043	R\$ 316,28	R\$ 1,36
CPU 3.2	SIURB INFRA - JUL/25	IN03030000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR	H	0,0160	R\$ 135,46	R\$ 2,17
CPU 3.3	SIURB INFRA - JUL/25	IN03051000	TÉCNICO - NÍVEL MÉDIO	H	0,0166	R\$ 75,93	R\$ 1,26
CPU 3.4	SIURB INFRA - JUL/25	IN11008000	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	H	0,0169	R\$ 55,20	R\$ 0,93
<b>Secretário de Obras</b>							<b>R\$ 5,72</b>
<b>CPU 4 RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE OAEs</b>							
CPU 4.1	SIURB INFRA - JUL/25	IN03027000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR	H	0,0620	R\$ 316,28	R\$ 19,61
CPU 4.2	SIURB INFRA - JUL/25	IN03030000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR	H	0,3000	R\$ 135,46	R\$ 40,64
CPU 4.3	SIURB INFRA - JUL/25	IN03051000	TÉCNICO - NÍVEL MÉDIO	H	0,7000	R\$ 75,93	R\$ 53,15
CPU 4.4	SIURB INFRA - JUL/25	IN11008000	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	H	0,3000	R\$ 55,20	R\$ 16,56
<b>Total CPU 4</b>							<b>R\$ 129,96</b>
<b>CPU 5 RELATÓRIO AMBIENTAL</b>							
CPU 5.1	SIURB INFRA - JUL/25	IN03027000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR	H	26,91800	R\$ 316,28	R\$ 8.513,63
<b>Total CPU 5</b>							<b>R\$ 8.513,63</b>
<b>CPU 6 RELATÓRIO DE CONTROLE GEOMÉTRICO</b>							
CPU 6.1	SIURB INFRA - JUL/25	IN03040000	TOPÓGRAFO	H	130,0000	R\$ 74,12	R\$ 9.635,60
CPU 6.2	SIURB INFRA - JUL/25	IN03032000	AUXILIAR DE TOPOGRAFIA	H	300,0000	R\$ 30,86	R\$ 9.258,00
CPU 6.3	SIURB INFRA - JUL/25	IN03035000	DESENHISTA - CADISTA	H	150,0000	R\$ 67,04	R\$ 10.056,00
CPU 6.4	SIURB INFRA - JUL/25	IN01032000	ESTAÇÃO TOTAL PRECISÃO 3", TIPO "LEICA" TC-1103 OU SIMILAR, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	H	160,0000	R\$ 10,47	R\$ 1.675,20
CPU 6.5	SIURB INFRA - JUL/25	IN01036000	NÍVEL PRECISÃO 0,7 MM/KM, TIPO "LEICA" NA2 OU SIMILAR, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	H	173,0000	R\$ 5,46	R\$ 944,58
CPU 6.6	SIURB INFRA - JUL/25	IN11008000	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	H	173,0000	R\$ 55,20	R\$ 9.549,60
<b>Total CPU 6</b>							<b>R\$ 41.118,98</b>
<b>CPU 7 RELATÓRIO DE CONTROLE TECNOLÓGICO</b>							
CPU 7.1	SIURB INFRA - JUL/25	IN03038000	LABORATORISTA DE SOLO/PAVIMENTAÇÃO	H	143,0000	R\$ 87,45	R\$ 12.505,35
CPU 7.2	SIURB INFRA - JUL/25	IN03031000	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	H	300,0000	R\$ 28,47	R\$ 8.541,00
CPU 7.3	SICRO CONSULTORIA OUT/2025	B08955	LABORATÓRIO DE ASFALTO	MÊS	1,0000	R\$ 5.810,71	R\$ 5.810,71
CPU 7.4	SICRO CONSULTORIA OUT/2025	B8956	LABORATÓRIO DE CONCRETO	MÊS	1,0000	R\$ 4.743,14	R\$ 4.743,14
CPU 7.5	SICRO CONSULTORIA OUT/2025	B8957	LABORATÓRIO DE SOLOS	MÊS	1,0000	R\$ 3.681,80	R\$ 3.681,80
CPU 7.6	SIURB INFRA - JUL/25	IN11008000	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	H	120,0000	R\$ 55,20	R\$ 6.624,00
<b>Total CPU 7</b>							<b>R\$ 41.906,00</b>



ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	COEF.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
<b>CPU 8 RELATÓRIO OPERACIONAL E APOIO</b>							
CPU 8.1	SIURB INFRA - JUL/25	IN03027000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR	H	19,5000	R\$ 316,28	R\$ 6.167,46
CPU 8.2	SIURB INFRA - JUL/25	IN03030000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR	H	44,0000	R\$ 135,46	R\$ 5.960,24
CPU 8.3	SIURB INFRA - JUL/25	IN03054010	ASSISTENTE SOCIAL JÚNIOR	H	42,4910	R\$ 128,31	R\$ 5.452,02
CPU 8.4	SIURB INFRA - JUL/25	IN03051000	TÉCNICO - NÍVEL MÉDIO	H	41,5870	R\$ 75,93	R\$ 3.157,70
<b>Total CPU 8</b>						<b>R\$</b>	<b>20.737,42</b>

Eng. Raphael Guardabassi Guerrero  
Cargo/Função: Secretário Adjunto de Infraestrutura Urbana - CF: 83234 - CREA 5062987193



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO IV A - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

SEI:	1123.2025/0000755-2	 <b>Guarulhos</b> Secretaria de Obras Departamento de Planejamento e Projetos - SO06 
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA COM FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AO GERENCIAMENTO, A SUPERVISÃO, A FISCALIZAÇÃO, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS E INSPEÇÕES DE PROJETOS E OBRAS DE	
LOCAL:	Município de Guarulhos	

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

ITEM	SERVIÇOS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL
1	EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL	R\$ 117.009,64 2,28%	R\$ 225.602,88 4,396%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 2.053.108,62
2	RELATÓRIO I PRODUTOS	R\$ 375.199,44 2,52%	R\$ 631.287,90 4,24%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 5.964.479,14
3	DESPESAS DIVERSAS	R\$ 17.778,85 2,44%	R\$ 31.477,29 4,32%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 291.893,24
	ACUMULADO MENSAL	R\$ 509.987,93	R\$ 888.368,07	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	
	ACUMULADO TOTAL	R\$ 509.987,93	R\$ 1.398.356,00	R\$ 2.089.468,50	R\$ 2.780.581,00	R\$ 3.471.693,50	R\$ 4.162.806,00	R\$ 4.853.918,50	R\$ 5.545.031,00	R\$ 6.236.143,50	R\$ 6.927.256,00	R\$ 7.618.368,50	R\$ 8.309.481,00	R\$ 8.309.481,00

ITEM	SERVIÇOS	MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16	MÊS 17	MÊS 18	MÊS 19	MÊS 20	MÊS 21	MÊS 22	MÊS 23	MÊS 24	TOTAL
1	EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 4.105.703,94
2	RELATÓRIO I PRODUTOS	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 11.914.069,30
3	DESPESAS DIVERSAS	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 583.057,76
	ACUMULADO MENSAL	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	
	ACUMULADO TOTAL	R\$ 691.112,50	R\$ 1.382.225,00	R\$ 2.073.337,50	R\$ 2.764.450,00	R\$ 3.455.562,50	R\$ 4.146.675,00	R\$ 4.837.787,50	R\$ 5.528.900,00	R\$ 6.220.012,50	R\$ 6.911.125,00	R\$ 7.602.237,50	R\$ 8.293.350,00	R\$ 16.602.831,00

ITEM	SERVIÇOS	MÊS 25	MÊS 26	MÊS 27	MÊS 28	MÊS 29	MÊS 30	TOTAL
1	EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 171.049,61 3,333%	R\$ 5.132.001,60
2	RELATÓRIO I PRODUTOS	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,18 3,33%	R\$ 495.799,20 3,33%	R\$ 14.888.864,40
3	DESPESAS DIVERSAS	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,71 3,33%	R\$ 24.263,69 3,33%	R\$ 728.640,00
	ACUMULADO MENSAL	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	R\$ 691.112,50	
	ACUMULADO TOTAL	R\$ 691.112,50	R\$ 1.382.225,00	R\$ 2.073.337,50	R\$ 2.764.450,00	R\$ 3.455.562,50	R\$ 4.146.675,00	R\$ 20.749.506,00

Eng. Raphael Guardabassi Guerrero  
Cargo/Função: Secretário Adjunto de Infraestrutura Urbana - CF: 83234 - CREA 5062987193





Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO IV B - BDI**

COMPOSIÇÃO DE BDI - SEM DESONERAÇÃO

SIGLA	ITENS	PORCENTAGEM
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,62%
G	GARANTIAS + SEGURO	1,00%
R	RISCO	1,15%
L	LUCRO	6,70%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,18%
I	TRIBUTOS	8,65%

$$BDI=((1+AC+G+R)\times(1+L)\times(1+DF))/(1-I)-1$$

BDI TOTAL:	25,00%
------------	--------

**Obs. 1:** Fórmula de cálculo do BDI de acordo com o Acórdão 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU).  
**Obs. 2:** Tributos compostos por PIS (0,65%), Cofins (3,00%) e ISS da Prefeitura Municipal de Guarulhos (5,00%), em conformidade com a Lei n.º 8.045, de 15 de setembro de 2022.

**Eng. Raphael Guardabassi Guerrero**  
 Cargo/Função: **Secretário Adjunto de Infraestrutura Urbana** - CF: 83234 - CREA 5062987193



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO IV C - ACORDÃO 2622/2013-TCU**

ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC 036.076/2011-2.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII – Administrativo.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do estudo desenvolvido por grupo de trabalho constituído por membros de várias unidades técnicas especializadas deste Tribunal, com coordenação da Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif, em atendimento ao Acórdão n. 2.369/2011 – Plenário, com o objetivo de definir faixas aceitáveis para valores de taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) específicas para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes, bem como efetuar o exame detalhado da adequabilidade dos percentuais para as referidas taxas adotados em dois julgados desta Corte de Contas (Acórdãos ns.325/2007 e 2.369/2011), ambos do Plenário, com utilização de critérios contábeis e estatísticos e controle da representatividade das amostras selecionadas.

9.1. determinar às unidades técnicas deste Tribunal que, nas análises do orçamento de obras públicas, utilizem os parâmetros para taxas de BDI a seguir especificados, em substituição aos referenciais contidos nos Acórdãos ns. 325/2007 e 2.369/2011:

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPOS DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	19,60%	20,97%	24,23%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	20,76%	24,18%	26,44%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	24,00%	25,84%	27,86%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	22,80%	27,48%	30,95%
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	11,10%	14,02%	16,80%

9.2. orientar as unidades técnicas deste Tribunal que:

9.2.1. nas análises do orçamento de obras públicas, quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados no subitem 9.1 deste Acórdão, procedam ao exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos, levando-se sempre em consideração as peculiaridades de cada caso concreto:

TIPOS DE OBRA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			SEGURO + GARANTIA			RISCO		
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,00%	4,00%	5,50%	0,80%	0,80%	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	3,80%	4,01%	4,67%	0,32%	0,40%	0,74%	0,50%	0,56%	0,97%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	3,43%	4,93%	6,71%	0,28%	0,49%	0,75%	1,00%	1,39%	1,74%
CONSTRUÇÃO DE MANUNTEÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5,29%	5,92%	7,93%	0,25%	0,51%	0,56%	1,00%	1,48%	1,97%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	4,00%	5,52%	7,85%	0,81%	1,22%	1,99%	1,46%	2,32%	3,16%
TIPOS DE OBRA	DESPESA FINANCEIRA			LUCRO					
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil			
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%			1,23%			1,39%		
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,02%			1,11%			1,21%		
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	0,94%			0,99%			1,17%		
CONSTRUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,01%			1,07%			1,11%		
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	0,94%			1,02%			1,33%		
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS									
PARCELA DO BDI		1ºQuartil		Médio		3º Quartil			
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,50%		3,45%		4,49%			
SEGURO + GARANTIA		0,30%		0,48%		0,82%			
RISCO		0,56%		0,85%		0,89%			
DESPESA FINACEIRA		0,85%		0,85%		1,11%			
LUCRO		3,50%		5,11%		6,22%			

9.2.2. na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, utilizar como referência do impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do

orçamento, os seguintes valores percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos :

Percentual de Administração Local inserido no Custo Direto	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,49%	6,23%	8,87%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,98%	6,99%	10,68%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	4,13%	7,64%	10,89%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,85%	5,05%	7,45%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	6,23%	7,48%	9,09%

9.3. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.3.1. constitua grupo de trabalho, sob sua coordenação, para elaboração de estudos técnicos para a construção de composições referenciais para itens orçamentários associados à administração local, com vistas a estabelecer parâmetros de mercado para subsidiar a elaboração e a análise dos orçamentos de obras públicas, em consonância com os dispositivos legais previstos no Decreto n. 7.983/2013, em especial no art. 17, contando com a participação dos órgãos e entidades responsáveis pela manutenção de sistemas de referência de preços de obras públicas da Administração Pública Federal, a exemplo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR, da Eletrobras, dentre outros, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de cento e vinte dias, os resultados dos aludidos estudos;

9.3.2. oriente os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a:

9.3.2.1. discriminar os custos de administração local, canteiro de obras e mobilização e desmobilização na planilha orçamentária de custos diretos, por serem passíveis de identificação, mensuração e discriminação, bem como sujeitos a controle, medição e pagamento individualizado por parte da Administração Pública, em atendimento ao princípio constitucional da transparência dos gastos públicos, à jurisprudência do TCU e com fundamento no art. 30, § 6º, e no art. 40, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto n. 7.983/2013;

9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;

9.3.2.3. adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

9.3.2.4. estabelecer, nos editais de licitação, que as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.3.2.6. exigir, nos editais de licitação, a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação para os serviços novos incluídos por meio de aditivos contratuais, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013;

9.4. encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; ao Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada – Sinicon e à Fundação Getúlio Vargas – FGV, bem como ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit e à Caixa Econômica Federal que são os responsáveis pelos principais sistemas de referência de preços utilizados nas auditorias de obras públicas, respectivamente, o Sicro e o Sinapi;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif que constitua processo apartado para acompanhamento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3 destes autos;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 37/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 25/9/2013 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2622-37/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
VALMIR CAMPELO

na Presidência

(Assinado Eletronicamente)  
MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
LUCAS ROCHA FURTADO  
Procurador-Geral, em exercício



Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO V**

### **MINUTA DE CONTRATO**





SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS  
Divisão Técnica de Contratações  
Seção Técnica de Gestão Administrativa de Contratos

## Contrato de Prestação de Serviços

\* MINUTA DE DOCUMENTO

Nº.

/2026

**CONTRATADA:**

**CÓDIGO:**

**PROCESSO:** 1123.2025/0000755-2

**OBJETO:** Consultoria técnica em engenharia para apoio ao gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública, atendendo aos requisitos ambientais, e que estejam sob a responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura Urbana.

### 1. PREÂMBULO

**1.1 PARTES:** MUNICÍPIO DE GUARULHOS, com sede à Av. Bom Clima, 91 - Jd. Bom Clima – Guarulhos/SP, inscrito no CNPJ sob nº. 46.319.000/0001-50, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **Secretário de Infraestrutura Urbana, Sr. \_\_\_\_\_**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ - CEP \_\_\_\_\_, **Fone:** (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, **e-mail:** \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo signatário ao final identificado, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, ficando as partes subordinadas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, e condições constantes deste contrato.

**1.2 FUNDAMENTO:** Este contrato decorre de homologação, pela autoridade competente, de licitação na modalidade **Concorrência nº \_\_\_\_\_-SFIL**, que se acha juntada ao processo supracitado.

### 2. DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES

**2.1 NATUREZA DO CONTRATO:** A CONTRATADA obriga-se a prestação de serviços de consultoria técnica em engenharia para apoio ao gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública, atendendo aos requisitos ambientais, e que estejam sob a responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura Urbana, conforme indicado no Termo de Referência.

**2.2 REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **empreitada por preço unitário**, na forma do artigo 46, inciso I, da Lei nº. 14.133/21.

**2.3 CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** Os serviços deverão ser prestados na forma definida no ato convocatório, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas diretas, indiretas, bem como todos os impostos e tributos que houver.

**2.4 É parte integrante dos serviços:**

- a) O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas, necessários aos serviços descritos no Termo de Referência e demais anexos;
- b) O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;
- c) Na entrega final dos produtos – relatórios, projetos e levantamentos – deverão ser entregues em 03 (três) vias impressas - assinadas e vistadas e 03 (três) arquivos digitais em mídia (CD) com a respectiva assinatura digital no formato DWG (Auto Cad) e PDF, formato A1 ou A0 quando necessário.
- d) A CONTRATADA deverá disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

e) A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do Termo de Referência, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste Contrato e do edital do qual decorre o presente.

f) Na hipótese de ser necessária a qualquer título a utilização de serviços não constantes do Anexo IV – do Edital, serão observados se os mesmos são descritos na Tabela de Preços publicados na *SIURB JUL/25 SD; SINAPI DEZ/25 SD, CDHU NOV/25 SD, CDHU SINTÉTICA NOV/25 - EXC. BDI 20,81%, DER OUT/25 excluído BDI de 35%, SICRO OUT/25; FDE OUT/25 - EXC. BDI 23% e acrescidos de BDI referencial de 25,00%*, e mantidas as mesmas condições da presente licitação. Em caso negativo, serão então compostos, de comum acordo, entre as partes, retroagindo-os a data base da planilha de quantitativos e preços máximos da CONTRATANTE.

**2.5 MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** os modelos de gestão e de execução são aqueles consignados no Termo de Referência, de responsabilidade da Unidade Requisitante.

**2.6 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:** Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) designou como Gestor e Fiscal deste contrato os servidores da **Secretaria de Infraestrutura Urbana**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

### 3. PRAZOS

**3.1 PRAZO DE VIGÊNCIA:** iniciar-se-á na data da assinatura do Contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

**3.2 PRAZO DE EXECUÇÃO:** o prazo total será de **30 (trinta) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado expressamente e atendidos os requisitos previstos nos termos da Lei Federal 14.133/21.

**3.2.1** Na prorrogação de execução, a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, no prazo de **até 30 (trinta) dias da ocorrência**, para apostilar o ato.

**3.3** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, onde a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, com as devidas justificativas, para a formalização do ato, no prazo de **até 30 (trinta) dias da ordem de reinício**.

**3.3.1** Verificada a ocorrência do disposto no item acima, por mais de 1 (um) mês, a Unidade Gestora deverá divulgar, no site oficial da CONTRATANTE e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, em atendimento ao § 6º do art. 115, da Lei Federal 14.133/21.

### 4. VALOR, RECURSOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

**4.1 VALOR:** O valor estimado deste Contrato é de **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)**.

**4.2 RECURSOS:** A despesa onerará, inicialmente, a(s) seguinte(s) dotação(ões):

0910.0412200112.025.01.1100000.449035.0000

**4.3 FORMA DE PAGAMENTO:** deverão ser observadas as seguintes condições:

a) Os serviços serão medidos considerando o cronograma. As medições deverão ser obrigatoriamente acompanhadas dos relatórios mensais previstos para os respectivos períodos de execução dos serviços.

b) A não apresentação do relatório mensal resultará no cancelamento da medição respectiva, que a considerará “medição zero” sendo os serviços medidos transferidos para a medição do mês seguinte;

**c)** Aferida e aprovada a medição, nos termos da cláusula 5.2, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal, com prazo de pagamento de **até 30 (trinta) dias**, a qual deverá ser devidamente atestada pelo fiscal/gestor do contrato, se cumpridas todas as exigências contratuais, acompanhado das provas de regularidades de habilitação e comprovação de pagamento dos encargos previdenciários e trabalhista dos funcionários vinculados à execução do Contrato.

**d)** A Nota Fiscal deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento.

**e)** Para fins de liquidação e pagamento de despesas deverão ser atendidas as exigências constantes na Portaria 03/2017-SF publicada no Diário Oficial do Município de Guarulhos em 20/01/2017 páginas 22 e 23, que poderá ser consultada em [www.guarulhos.sp.gov.br](http://www.guarulhos.sp.gov.br)

**f)** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

**g)** Quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATANTE poderá comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21.

**h)** Concluídos tais procedimentos, o processo será encaminhado à Secretaria de Finanças da CONTRATANTE, que processará o pagamento.

**i)** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, a ser indicada pela CONTRATADA;

**j)** O último pagamento somente será liberado para a liquidação quando da constatação pela fiscalização, da ligação definitiva de água, esgoto e energia, a ser aprovado pela concessionária local, se aplicável.

**k)** Quaisquer pagamentos não isentarão das responsabilidades contratuais a CONTRATADA, nem implicarão a aceitação/recebimento dos serviços.

**l)** Quando do pagamento, se aplicável, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007.

**m)** No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira:

$I = (\text{meta da inflação}/100)/365$

**4.4 REAJUSTAMENTO:** O contrato poderá ser reajustado pela variação do ÍNDICE DE CONSULTORIA, coluna 39, constante da revista "CONJUNTURA ECONÔMICA", editada pela Fundação Getúlio Vargas, onde:

$R = \text{FATOR} \times V$ , onde:

$$\text{FATOR} = \left[ \frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

**4.4.1** No cálculo do reajuste se utilizará a seguinte fórmula:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

$I_0$  = Índice inicial - refere-se ao mês da apresentação da proposta;

I = Índice final - refere-se ao mês de aniversário anual da proposta.

**4.4.2** O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

**4.4.3** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**4.4.3** A CONTRATADA se obrigará a apresentar formalmente a memória de cálculo referente ao reajuste de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**4.4.4** O reajuste somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, adotando-se como data base a data da apresentação das propostas, nos termos do art. 25º, § 8º da Lei Federal 14.133/21.

**4.4.5** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**4.4.6** O reajuste será realizado por apostilamento.

**4.5** Demais condições para aferição/medição dos serviços são aquelas constantes no Termo de Referência.

## **5. DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS e RECEBIMENTO DO OBJETO**

**5.1 PARA RECEBIMENTO DA ORDEM DE INÍCIO**, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar à Administração, antes do início dos serviços e, no prazo de **até 10 (dez) dias após a assinatura deste Contrato**, os seguintes documentos:

**a)** Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, com base no valor total do contrato e ARTs e/ou RRTs dos corresponsáveis pelas áreas de atuação, quitada(s) nos termos da Resolução nº 1.025/09 - CONFEA e da Resolução Normativa CFA nº 337/2006 devidamente recolhida, para figurar no processo licitatório e ordem de início dos serviços.

**b)** Comprovante de contratação de seguro de responsabilidade civil com importância assegurada correspondente a 10% do valor do contrato com vigência idêntica ao período de execução dos serviços, inclusive prorrogações, se houver, bem como de seguro de risco de engenharia em 100% do valor da avença;

**c)** Comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos indicados na cláusula 6 do edital, que pode se dar nos termos da Súmula nº 25 do TCE/SP.

**5.1.1** A fiscalização terá **até 03 (três) dias** para analisar os documentos entregues e emitir a competente ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

**5.1.2** A ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO deverá ser retirada pela CONTRATADA em **até 03 (três) dias úteis**, contados a partir da convocação pela Administração que poderá ser feita por ofício e/ou e-mail.

**5.1.3** O prazo para início da execução será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Início dos Serviços.

**5.1.4** A CONTRATADA deverá inscrever a obra (objeto da licitação) no CADASTRO NACIONAL DE OBRAS (CNO) da Receita Federal do Brasil (RFB), no prazo de **até 30 (trinta) dias** após a assinatura do Contrato, se aplicável, conforme instrução específica para o caso.

## **5.2 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**5.2.1** Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:

- a) provisoriamente, em **até 10 (dez) dias**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, **referente à parcela medida**;
- b) em **até 10 (dez) dias do recebimento provisório da parcela**, a fiscalização deverá comunicar a CONTRATADA para emitir a competente nota fiscal, que será atestada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente;
- c) cumpridas todas as etapas do cronograma, no prazo de **até 10 (dez) dias do aceite da última medição**, deverá ser emitido o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO** do objeto, pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, para início do prazo de observação, de **até 90 (noventa) dias**.
- d) a totalidade dos serviços objeto será recebida **definitivamente**, mediante emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação supra.
- e) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**5.2.2** Constatadas irregularidades no objeto, a Fiscalização, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Termo de Referência, determinando sua substituição ou correção, ou ainda, sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

**5.2.3** As irregularidades deverão ser sanadas pela CONTRATADA, nos prazos definidos no Termo de Referência, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

**5.2.4** O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será lavrado desde que o agente recebedor tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais e não haja quaisquer pendências de ajustes contratuais.

**5.2.5** Com a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dar-se-á por extinto o presente contrato.

## 6. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

### 6.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, de acordo com a respectiva medição;
- f) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e/ou de repactuação de preços, feitos pela CONTRATADA, no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado da data do protocolo devidamente instruído.
- g) Cientificar o Órgão Competente pelas Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para aplicação de sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do Contrato, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, se o caso;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**i)** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**j)** Não praticar atos de ingerência na administração do contrato, tais como:

- a)** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- b)** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
- c)** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
- d)** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- e)** demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- f)** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

## **6.2** São obrigações da CONTRATADA:

**a)** A assunção integral de responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.

**b)** O cumprimento de todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**c)** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**a)** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**d)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**e)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado na cláusula 5.2.3, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**g)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devidamente comprovados, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos, garantido o contraditório e ampla defesa;

**h)** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, § único, da Lei Federal 14.133/21;

**i)** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

**j)** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- k)** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, respeitadas as vedações existentes por força de lei ou regulamentações, de acordo com o objeto deste contrato, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;
- l)** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- m)** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- n)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- o)** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Memorial Descritivo ou instrumento congênere.
- p)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- q)** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- r)** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal 14.133/21);
- s)** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sendo este, no mínimo, de **10 (dez) dias úteis**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, § único, da Lei Federal 14.133/21);
- t)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- u)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 14.133/21.
- v)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- w)** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- x)** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- y)** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- z)** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- aa)** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

**6.3** O responsável técnico pelos serviços, poderá, sem prejuízo de suas responsabilidades pessoais, fazer-se representar junto à Fiscalização por técnico habilitado junto ao CREA ou órgão de classe competente, desde que aprovado pela Administração, o qual permanecerá no local dos serviços para dar execução à CONTRATADA, nas condições por esta fixada.

**6.4** A ausência do responsável técnico ou de preposto no local da obra implicará sua anotação no livro diário e sujeitará a contratada às penalidades previstas neste instrumento.

**6.5** A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto na Lei Municipal nº. 6.126/06 e Decreto Municipal nº. 25.754/08 que trata do plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil.

**6.6** Na primeira reunião de trabalho com a fiscalização da obra, a CONTRATADA deverá apresentar plano de trabalho relativo ao uso racional dos materiais utilizados e a destinação dos resíduos da construção, visando seu reaproveitamento na própria obra ou seu envio às usinas de reciclagem autorizadas pela administração.

**6.7** O plano de utilização racional dos materiais empregados na obra e de destinação sustentável dos resíduos produzidos deverá ser elaborado de forma que seja absorvido pelos valores pactuados entre as partes quando da celebração do contrato.

**6.8** Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes neste contrato, no ato convocatório e na forma prevista na proposta, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer a CONTRATADA, nas sanções previstas.

**6.9** As responsabilidades das partes na execução deste Contrato são as comuns nele implícitas ou expressas, com base na Lei de Licitações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

**6.10** Na execução dos serviços obrigará-se a CONTRATADA a manter com o fiscal designado, um Diário de Ocorrências para anotações de ordens, recomendações, faltas, defeitos observados, atrasos, etc.

**6.11** A CONTRATADA obrigará-se, ainda, a tomar conhecimento diário através de seu representante, das observações feitas no Diário e regularizar as faltas ou defeitos observados.

**6.12** Obrigará-se a CONTRATADA as suas expensas, promover a sinalização viária necessária, visando a proteção dos funcionários e evitar acidentes a terceiros.

**6.13** Obrigará-se a CONTRATADA a afastar ou substituir, dentro de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer funcionário seu que, por solicitação justificada da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

**6.14** Caso a contratada deixe de honrar as obrigações trabalhistas com seus empregados incorrerá em falta grave, estando sujeita, além das penalidades acima previstas, à extinção contratual, sem prejuízo de ação regressiva por parte da Administração em caso de condenação à responsabilidade subsidiária imposta pela Justiça do Trabalho, a teor do Enunciado nº. 331 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

**6.15** Incorrerá na mesma falta se deixar de atender às normas atinentes à segurança e medicina do trabalho, especialmente as relativas ao Programa de Proteção Respiratória (PPR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Serviço Especializado de Engenharia e Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); bem como não se verificar o fornecimento e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes adequados como forma de impedir riscos à saúde de seus empregados.

**6.16** Para verificação da regularidade da CONTRATADA junto a seus empregados, poderá a CONTRATANTE exigir a qualquer tempo documentos comprobatórios de tal situação, além da fiscalização regular por parte da Administração.

**6.17** Em havendo necessidade de obtenção de licenças junto aos órgãos externos de proteção ambiental, concessionárias de serviço público, agências reguladoras e outros, estas serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, cabendo à Administração apenas fornecer os elementos necessários para a obtenção do documento.

**6.18** A realização de ensaios e testes, quando necessários, correrá por conta da CONTRATADA.

**6.19** Cumprir as determinações da NR 18, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que forem aplicáveis nesta contratação.

**6.20** A CONTRATADA não poderá se prevalecer de qualquer erro, manifestamente involuntário ou de qualquer omissão, eventualmente existente, para eximir-se de suas responsabilidades, estando ainda, obrigada a satisfazer a todos os requisitos constantes dos desenhos e especificações.

**6.21** A CONTRATADA deverá, se necessário, manter contato com as repartições públicas competentes para o fim de obter eventuais aprovações necessárias ao cumprimento dos serviços a serem executados, bem como solicitar as ligações diversas e inspeções necessárias.

**6.22** As partes responderão por perdas e danos pelo inadimplemento de suas obrigações contratuais, além de outras cominações definidas na legislação em vigor.



**6.23** Será efetuada pela CONTRATANTE fiscalização durante a execução dos serviços, por um ou mais engenheiros por ele credenciados, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle, coordenação e fiscalização.

**6.24** Deve a CONTRATADA permitir o livre acesso, a qualquer tempo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento a ser pactuado, bem como aos locais de execução dos serviços, quando em missão de fiscalização ou auditoria, devendo-se inclusive permitir o livre acesso dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle externo e interno a seus documentos e registros contábeis.

**6.25** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**6.26** Somente serão executados os serviços imprevistos que tenham sido prévia e expressamente justificados e aprovados pela CONTRATANTE, e, após o competente TERMO DE ADITAMENTO ao Contrato, observado o disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21 e alterações, desde que verificada a disponibilidade orçamentária. Salvo os casos em que a interrupção da execução gere prejuízo, devendo o aditamento ser formalizado no prazo de até 1 (um) mês da antecipação de seus efeitos, nos termos do art. 132 da Lei Federal 14.133/21.

**6.27** A Garantia do serviço executado pela CONTRATADA, deverá ser estabelecida de acordo com a natureza do objeto contratual e ao Código Civil - Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**6.28** Demais responsabilidades são aquelas constantes no Termo de Referência.

## **7. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**7.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- g) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), durante a execução do contrato.

**7.2** Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**7.2.1 ADVERTÊNCIA**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" e "c" do item 7.2.4;

**7.2.2 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d" e "e", do item 7.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" ou "d" do item 7.2.4;

**7.2.3 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 7.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “d” do item 7.2.4;

**7.2.4 MULTA**, aplicada da seguinte forma:

- a) Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue até o **10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- b) Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue do **11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% a 20%** sobre o valor da parcela inadimplida, a ser definida conforme item 7.8;
- d) Nos casos de **inexecução total da obrigação**, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo **superior a 30 (trinta) dias**, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 7.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% a 30%** sobre o valor do Contrato, a ser definida conforme item 7.8.

**7.2.5** Para aplicação das multas elencadas nas alíneas “a” e “b” acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou descontado de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**7.2.6** A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até **03 (três) anos**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 7.2.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:

- a) **06 (seis) a 12 (doze) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 7.8;
- b) **13 (treze) a 18 (dezoito) meses** nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 7.8;
- c) **19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 7.8;

**7.2.7** A aplicação da penalidade prevista nos itens 7.2.2 e 7.2.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.

**7.2.8** Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas “c” e “d”, do item 7.2.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos

devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**7.3** A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

**7.4** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

**7.5** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 7.2, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 7.8.

**7.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

**7.6.1** Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos por meio eletrônico, **até o último dia útil do prazo**, ou protocolados diretamente na Rua do Rosário, 300 - Macedo - Guarulhos/SP, **das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo**.

**7.6.2** Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos **após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado**, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou sistema eletrônico, ou **protocolados fisicamente após o horário determinado do último dia útil do prazo estipulado**, conforme estabelecido no item anterior.

**7.6.3** Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 7.2.8.

**7.7** Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.

**7.8** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.9** A extinção contratual poderá ser, ainda, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Conforme o motivo, podem-se aplicar também as disposições dos artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.

**7.10** O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**7.11** O atraso superior a **20 (vinte) dias úteis** para suplementação ou reposição da garantia contratual autoriza a CONTRATADA a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

**7.12** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**7.12.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**7.13** A extinção, sempre que possível, será precedida:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

**8.1 DA GARANTIA CONTRATUAL:** A CONTRATADA apresenta neste ato, como condição para assinatura, garantia contratual no valor de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), conforme previsto no artigo 96 e seguintes, da Lei Federal 14.133/21, equivalente a **5%** do valor anual do Contrato, que será levantada após o término e entrega dos serviços, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, diante da extinção do contrato.

**8.1.1** A garantia contratual deverá ter validade igual ao prazo de execução do contrato, acrescidos de **90 (noventa) dias**, sendo que em caso de prorrogação, esse prazo deverá também ser somado à data final do novo período.

**8.1.2** A garantia contratual deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato, sendo que em caso de iminente vencimento durante a vigência do contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA deve providenciar sua renovação, sendo que o(s) responsável(is) pela gestão contratual deve(m) acompanhar os prazos contratuais e solicitar a renovação, junto à CONTRATADA.

**8.1.3** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

**8.1.4** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período mediante solicitação justificada, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**8.1.5** Na hipótese de suspensão ou paralização do contrato pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia até o reinício da execução, devendo o(s) responsável(is) pela gestão contratual verificar tal condição e solicitar a renovação junto à ordem de reinício.

**8.1.6** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada pelo(s) responsável(is) pela gestão contratual.

**8.2 CONDIÇÕES INTEGRANTES:** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, conforme o fundamento acima;
- c) A Proposta da CONTRATADA; e
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**8.3** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

**8.4 ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**8.4.1** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**8.5** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado pela unidade requisitante, com anuência da CONTRATADA, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, devendo esse prazo ser observado pelos responsáveis pela gestão do contrato, respeitados, ainda, os prazos estipulados na Súmula 15 da PGM.

**8.6** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21, devendo a unidade requisitante encaminhar ao Órgão responsável pelas Licitações e Contratos as devidas justificativas e solicitação para o apostilamento.

**8.7** A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sendo vedada a transferência dos serviços que se prestam para comprovar a sua Capacidade Técnica Operacional no processo licitatório.

**8.7.1** A subcontratação dos serviços deverá ser permitida na forma parcial conforme disposto no art. 122 da Lei Federal 14.133/21, desde que a CONTRATADA mantenha toda a coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.

**8.7.2** A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 20% do valor total do contrato.

**8.7.3** Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato e somente poderão ser efetuados com profissionais ou empresas com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

**8.8** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**8.8.1** A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**8.9** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**8.10** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo sua aplicação ser precedida da devida análise jurídica.

**8.11** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

**8.12** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**8.13** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**8.14** A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

**8.15** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**8.16** É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**8.17** A CONTRATADA deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**8.18** A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**.

**8.19** A CONTRATADA deverá prestar, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**8.20** A CONTRATADA, ao assinar o presente contrato, DECLARA que está ciente acerca da Política de Segurança da Informação, instituída pelo Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022, e concorda em cumprir todas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas, se aplicável, e se compromete a:

- a) Proteger as informações confidenciais da CONTRATANTE e dos cidadãos do Município, acessadas ou gerenciadas no decorrer da prestação dos serviços;
- b) Utilizar os recursos de tecnologia da informação fornecidos pela CONTRATANTE apenas para os fins autorizados e em conformidade com as políticas estabelecidas;
- c) Relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança da informação ou suspeita de violação das políticas;
- d) Participar de treinamentos e capacitações relacionados à segurança da informação quando solicitado pela CONTRATANTE;
- e) Colaborar com a equipe de segurança da informação do município para implementar e manter as medidas de segurança adequadas;
- f) Dar ciência aos seus colaboradores do fiel cumprimento da PSI.

**8.21** No ato de assinatura deste instrumento, a CONTRATADA declara que ofertou sua proposta ciente e em concordância com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência originária, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

**8.22 FORO:** As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

Estando as partes concordes com as cláusulas transcritas no presente Contrato, assinam os representantes, digitalmente, mediante acesso com senha pessoal, conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente.

Guarulhos, data da última assinatura digital (será considerado o próximo dia útil, caso a última assinatura ocorra em dia que não haja expediente no órgão ou entidade competente).

**NOME**

Secretário de Infraestrutura Urbana

**RAZÃO SOCIAL**

**Nome:**

**Cargo:**

MINUTA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARULHOS (Secretaria de Infraestrutura Urbana)****CONTRATADO:****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº /2026**

**OBJETO:** Consultoria técnica em engenharia para apoio ao gerenciamento, a supervisão, a fiscalização, elaboração de estudos e projetos e inspeções de projetos e obras de implantação, recuperação, restauração e reforço de edificações e infraestrutura pública, atendendo aos requisitos ambientais, e que estejam sob a responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura Urbana.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a)** o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e)** é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarulhos, data da última assinatura digital.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:



**Responsáveis que assinaram o ajuste:****Pelo CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:

**Pela CONTRATADA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:**

Nome:

Cargo: Subsecretário de Licitações e Contratos

CPF:

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Nome:

Cargo:

CPF:

(\*) O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Estevam de Barros Ferrazzini, Chefe de Divisão Técnica**, em 20/03/2026, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4097646** e o código CRC **1B78AEE4**.

1123.2025/0000755-2

4097646v5

MINUTA